



# II PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2016-2019

CAISAN  
PARANÁ





**II PLANO ESTADUAL  
DE SEGURANÇA ALIMENTAR  
E NUTRICIONAL**

**2016-2019**

C755 CAISAN-PR

II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019. / Valéria Nitsche, Priscila A. Tsupal, Stela de Oliveira, Michele C. Ribeiro, Juliana M. Schneider, Sandra C. de Oliveira, Adriane Leandro, Lucimar C. Paredes. --- Curitiba: SEAB/CAISAN-PR, 2017.

100 p. ; il. color.

1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Políticas Públicas. 3. Direito Humano à Alimentação Adequada. 4. SISEAN. I. Nitsche, Valéria. II. Tsupal, Priscila. III. Oliveira, Stela de. IV. Ribeiro, Michele C. V. Schneider, Juliana M. VI. Oliveira, Sandra C. de. VII. Leandro, Adriane. VIII. Paredes, Lucimar C. IX. Título.

CDU: 641



**Governador do Estado do Paraná**

Carlos Alberto Richa

**Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento**

Norberto Anacleto Ortigara



**PLENO SECRETARIAL DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSECTORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN/PR**

**Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento**

Norberto Anacleto Ortigara – Presidente

**Secretaria de Estado da Saúde**

Michele Caputo Neto

**Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

João Carlos Gomes

**Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social**

Fernanda Bernardi Vieira Richa

**Secretaria de Estado da Educação**

Ana Seres Trento Comin

**Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos**

Artagão de Mattos Leão Júnior

**Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**

Antonio Carlos Bonetti

**Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária**

Wagner Mesquita de Oliveira

**Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral**

Juraci Barbosa Sobrinho

**Secretaria de Estado da Fazenda**

Mauro Ricardo Machado Costa

## **Elaboração – Comissão Técnica da Caisan**

### **Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento**

Valéria Nitsche

### **Secretaria de Estado da Saúde**

Adriane Leandro

### **Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

Priscila Antunes Tsupal

### **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social**

Michele Cristina Ribeiro

### **Secretaria de Estado da Educação**

Stela de Oliveira

### **Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos**

Juliana M. Schneider

### **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**

Sandra Cristina de Oliveira

### **Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária**

Lucimar Cavalieri Paredes

### **Colaboradoras Técnicas da SEAB**

Karina Fernanda Pereira

Maiara Stephani Berlesi

Márcia Cristina Stolarski

Rafaela Lemes Machado

### **Diagramação**

Curitiba Pré-impressão

### **Revisão**

Márcia Cristina Stolarski

### **Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/PR**

Adriano Luiz Ceni Riesemberg

Ademir José Ferreira

Adriane Leandro

Alexsandro Ribeiro

Amantino Sebastião de Beija

Ana Maria Santos da Cruz

Ana Paula Kapazi

Angela Maria Martins da Silva

Antoninho Doryan Crispim

Aparecido José da Silva

Assis Francisco de Anhaia

Carlinhos Luiz Fornani

Célio Da Silva Correa

Claudia Pereira

Daniela Correia Capistrano

Daniele Cunha dos Santos

Dayanne Paola de O. Demozzi

Eder Ribeiro Barbosa

Edna Aparecida Sarro Siqueira

Eliane Aparecida Reis

Fernanda Brzezinski da Cunha

Gelson Luiz de Paula

Germânia Acosta Pereira

Islândia Bezerra

Ivo Barreto Melão

Ivone de Fátima da Silva dos Santos

Ivorí Aldomar Weide Fernandes

Jacir de Amaral Pará

Jandir José Teixeira

Jhony Alex Luchmann

Jorge Eduardo Wekerlin

José Fortunato Marcussu

Judite Bartzike

Juliana Maruszczak Schneider

Lediane Menezes Lourenço

Lílian Azevedo Miranda

Luci Maria Dias Onório

Manfred Scherch

Manuela Santos Barbosa

Margarete Machado Santana

Maria Arlete Ferreira da Silva

Maria da Conceição Santos

Maria de Lourdes Brandão Jacinto

Maria Isabel Corrêa

Maria Teresa Oliveira Gomes

Marilze Brandão de Assis

Marli de Freitas Mendes

Michele Cristina Ribeiro

Miriam Fuckner

Neide dos Santos Bonfim de Souza

Norberto Anacleto Ortigara

Patricia Chiconato

Priscila Antunes Tsupal

Rafael Cristiano Heinrich

Rosângela Silva Ferreira

Roseli Pittner

Rossana Dayse Melo Santo

Samuel Ronobo Soares

Shiguelo Yamamoto

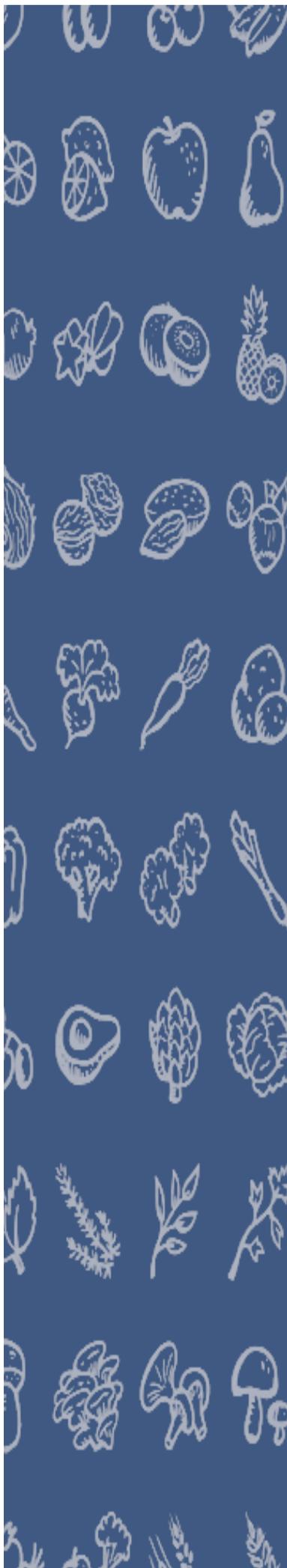
Tammy Rafaelle Kochanny

Valdenise Batista Veloso

Vera Niedzieluk

Waldir Luiz Rech

Xaira Regina David



## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	7
<b>2. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>3. NOTAS METODOLÓGICAS</b> .....	12
3.1. Lições Aprendidas a partir do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional .....	12
3.2. A V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional .....	13
3.3. Metodologia utilizada para a elaboração do II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019 .....	00
<b>4. CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	00
<b>5. DESAFIOS</b> .....	00
<b>6. METAS</b> .....	00
<b>Desafio 1</b> - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional .....	00
<b>Desafio 2</b> - Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.....	00
<b>Desafio 3</b> - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica .....	00
<b>Desafio 4</b> - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.....	00
<b>Desafio 5</b> - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias .....	00
<b>Desafio 6</b> - Promover a educação alimentar e nutricional .....	00
<b>Desafio 7</b> - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação .....	00
<b>Desafio 8</b> - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural.....	00
<b>Desafio 9</b> - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a inter-setorialidade e a participação social.....	00
<b>Desafio 10</b> - Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança Alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.....	00
<b>7. SISTEMA DE MONITORAMENTO DA SAN</b> .....	00
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	00
<b>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	00
<b>10. LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES</b> .....	00



# 1. APRESENTAÇÃO

O II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019 foi elaborado pela Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-PR), a partir das deliberações da IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CESAN).

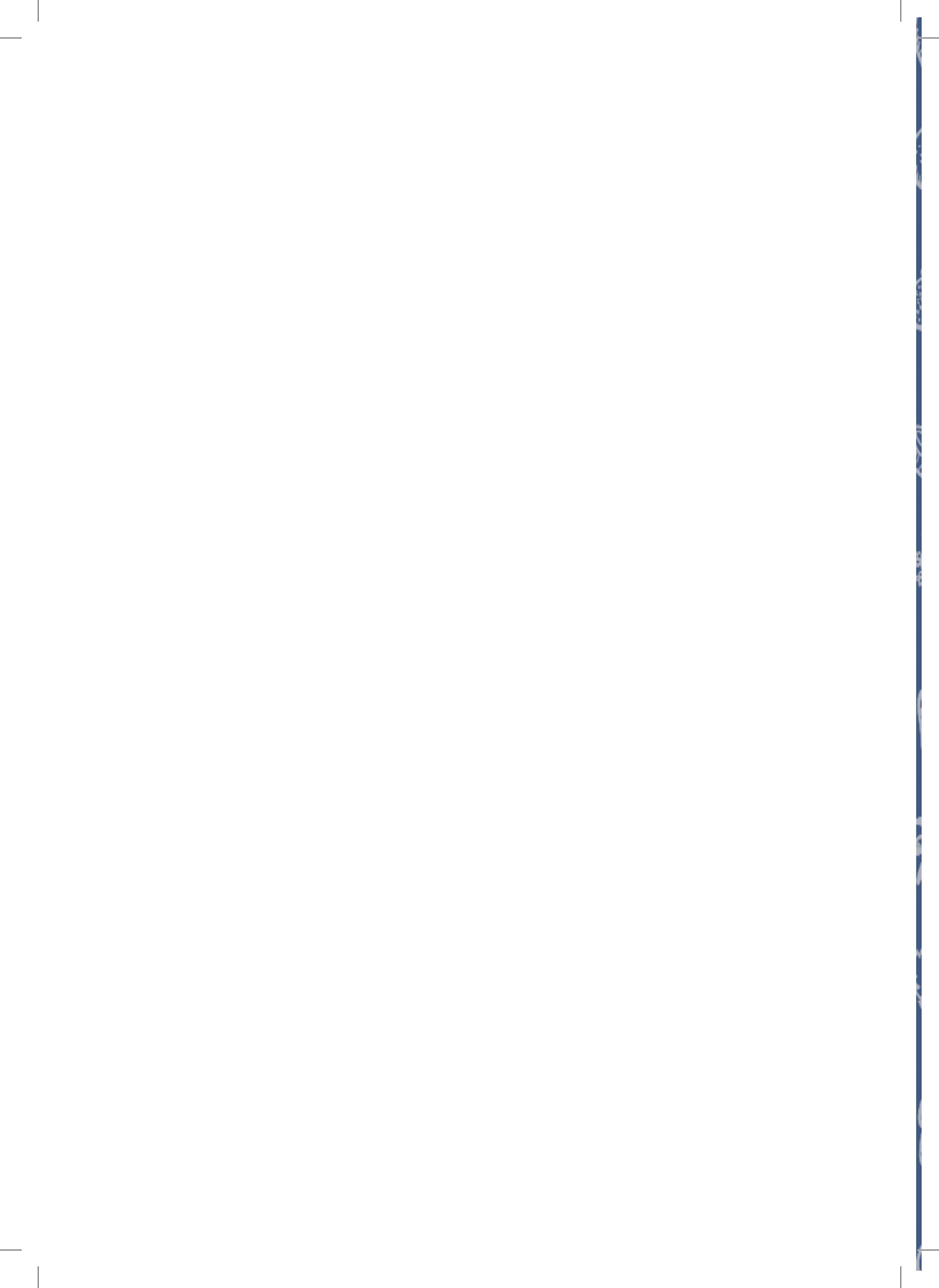
A CAISAN-PR foi instituída pelo Decreto nº 8.745/2010 e alterada pelos Decretos nºs 4459/2012 e 2743/2015. É composta atualmente por 10 Secretarias<sup>1</sup> e tem a atribuição de coordenar a execução da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Outra atribuição fundamental da CAISAN-PR refere-se ao monitoramento da execução do novo Plano, respeitando a competência de ser a instância governamental responsável pela coordenação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ressalta-se a participação do controle social na construção do presente trabalho, haja vista que a elaboração do Plano foi pautada nas deliberações da IV CESAN. A CAISAN-PR analisou as propostas apresentadas, que apontaram os desafios vivenciados na execução das políticas públicas nos municípios paranaenses e consolidou no Plano Estadual 2016-2019, aquelas com viabilidade de cumprimento.

O Plano Estadual 2016-2019 procura por um lado avançar nas potencialidades e nos novos desafios relativos à SAN, e por outro preservar as conquistas alcançadas no plano anterior. Em última análise, a presente publicação representa um termo de compromisso do Governo do Estado com a população paranaense, a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

<sup>1</sup> Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Secretaria de Estado do Planejamento; Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado da Educação; Secretaria de Estado da Fazenda; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária.





# INTRODUÇÃO



## 2. INTRODUÇÃO

O histórico da proteção social brasileira no período anterior à Constituição Federal (CF) de 1.988 é caracterizado pela pulverização, fragmentação e sobreposição de públicos dos programas e a falta do controle social.

A abertura da agenda política para a reconstrução das diretrizes sobre as questões sociais propiciada pela Constituinte, estabeleceu mudanças conceituais estruturais que reforçaram o poder local, o reconhecimento de atores sociais no controle das políticas e a universalização de políticas sociais, compreendidas como direitos fundamentais.

Os anos 90 trouxeram exemplos de desenvolvimento local de estratégias de integração de ações e programas que procuravam resolver a falta tanto de integração do olhar para determinado público como a falta de relacionamento entre setores de intervenção governamental. Mas, foi somente o desenvolvimento de leis, normativas e práticas que problemas de fragmentação e sobreposição de programas foram resolvidos.

A Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída pela Lei nº 15.791/2008 (PARANÁ, 2008), apresenta os seguintes objetivos:

- i- estabelecer princípios e diretrizes aos Programas Estaduais de Segurança Alimentar Nutricional;
- ii- estabelecer obrigações e responsabilidades para a administração pública no que se refere à Segurança Alimentar Nutricional; e
- iii- assegurar a participação da sociedade civil organizada na formulação de políticas, planos, programas e ações, voltadas para a segurança alimentar nutricional da população

O Plano Estadual, por sua vez, pressupõe:

- i- contemplar a análise da situação estadual de segurança alimentar e nutricional;
- ii- ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;
- iii- consolidar programas e ações relacionados às diretrizes e indicar prioridades, metas, indicadores e requisitos orçamentários para a sua execução;
- iv- indicar órgãos e entidades estaduais responsáveis integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), bem como as ferramentas de integração e coordenação;
- v- inserir estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas da população, com atenção para as especificidades dos grupos em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional;
- vi- definir mecanismos de monitoramento e avaliação.

Com o plano publicado, há expectativas de estimular o processo de conhecimento dos conceitos de SAN, efetivar e monitorar ações e programas, com ênfase no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Soberania Alimentar (SA), promovendo maior divulgação sobre estes direitos, a adesão e a implementação do SISAN no Estado e Municípios.

A realização do DHAA requer a adoção de políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição, acesso, consumo de alimentos seguros e de qualidade, promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável.

O SISAN tem como objetivos formular e implementar políticas e planos de SAN, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país.

Para que o SISAN, as políticas e planos de SAN em construção promovam, de fato, o DHAA, é fundamental a disseminação, o compartilhamento e a vivência de conceitos:

- **Segurança Alimentar e Nutricional** consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Art. 3º da Lei 11.346/ 2006 – LOSAN).

Considerando a grande abrangência do conceito de SAN, apresentamos o esquema visual que exemplifica suas relações diretas, e o que deve ser entendido como parte integrante do mesmo:

FIGURA 1– ESQUEMA VISUAL DOS COMPONENTES DE SAN



Esquema visual elaborado por Márcia Cristina Stolarski

- **Soberania Alimentar** compreende o direito que cada nação tem de definir políticas que garantam a SAN de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas alimentares tradicionais de cada cultura.
- **Direito Humano à Alimentação Adequada** é um direito inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.
- **Vulnerabilidade Social** caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos.

**FIGURA 2– ESQUEMA VISUAL DOS COMPONENTES DE VULNERABILIDADE SOCIAL**



Esquema visual elaborado por Márcia Cristina Stolarski

Por este motivo, o DHAA requer do poder público o cumprimento dos diferentes tipos de obrigação:

- Obrigação de respeitar – Um Estado não pode adotar medidas que possam resultar na privação da capacidade de indivíduos de prover sua própria alimentação.
- Obrigação de proteger – O Estado deve agir para impedir que terceiros interfiram na realização ou atuem no sentido da violação do DHAA.
- Obrigação de promover – O Estado deve criar condições que permitam a realização efetiva do DHAA.
- Obrigação de prover – O Estado deve prover alimentos diretamente a indivíduos ou grupos incapazes de obtê-los por conta própria, até que alcancem condições de fazê-lo.



# NOTAS METODOLÓGICAS



### 3. NOTAS METODOLÓGICAS

As notas metodológicas tem como objetivo esclarecer a forma utilizada na construção do II Plano Estadual de SAN do Estado do Paraná. Para melhor clareza, foram divididas em tópicos: i- Lições Aprendidas a partir do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; ii- A IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; e iii- Metodologia Utilizada para a Elaboração do II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019.

#### 3.1 LIÇÕES APRENDIDAS A PARTIR DO I PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Com a elaboração do I Plano Estadual de SAN foi possível a interação e a integração do corpo técnico da CAISAN-PR, constituído pelos representantes das Secretarias vinculadas, promovendo o conhecimento das ações de SAN desenvolvidas, identificando aquelas executadas intersetorialmente e relacionando-as às diretrizes da Política Nacional de SAN.

Com relação ao monitoramento do Plano Estadual 2012 – 2015, observou-se um excesso de indicadores de difícil avaliação e acompanhamento. Para o novo plano foi proposto uma nova formatação e apresentação das metas, indicadores de avaliação e ações em uma mesma planilha de forma a possibilitar um melhor monitoramento.

Com a experiência adquirida, o II Plano traz uma melhor organização das ações e metas para o quadriênio de 2016-2019.

#### 3.2 A IV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CESAN), realizada nos dias 14 e 15 de agosto de 2015, em Curitiba – PR, foi antecedida por 345 conferências municipais, com participação de aproximadamente 14.600 pessoas, seguida pela etapa regional com 16 conferências abrangendo os 22 Núcleos Regionais da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB.

As conferências regionais foram realizadas em conjunto com as conferências de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), numa proposta de integração das ações, ampliação da discussão e participação social e mobilização de novos atores para atuação nessa política pública.

A mobilização nos municípios buscou assegurar a participação de mulheres, jovens, população negra, indígenas, povos e comunidades tradicionais<sup>2</sup> (PCTs), especificamente os faxinalenses que são comunidades características do Paraná. Apesar da dificuldade de comunicação e acesso a essas pessoas, houve a representação em todas as etapas das conferências, assim como foram eleitos os representantes dos segmentos indígenas, faxinalenses e quilombolas para o CONSEA Estadual, gestão 2015-2017.

Na IV CESAN, 57,62% dos participantes foram do sexo feminino e 12,93% representaram cotas (6,12% população negra; 2,72% quilombolas, 2,72% indígenas, 0,68% matriz africana e 0,68% para PCTs). Garantiram-se vagas com proporcionalidade de 1/3 para segmento governamental e 2/3 para a sociedade civil. Entretanto, alguns conselheiros não compareceram na etapa estadual, ficando a proporcionalidade em 60,5% para o segmento da sociedade civil e 39,5% para o governamental. Ressalta-se que a Comissão Organizadora Estadual garantiu o traslado, hospedagem e alimentação para os delegados eleitos nas conferências regionais, por meio de financiamento federal (MDS) e estadual.

Segundo o relatório da IV CESAN, o evento contou com um total de 210 participantes (147 delegados e 63 convidados) - número aquém do esperado, a exemplo das conferências anteriores. Este fato não prejudicou o resultado final. Na etapa estadual, foram debatidos os eixos temáticos propostos pelo CONSEA Nacional, através da metodologia participativa nos trabalhos em grupo, onde foram discutidas as propostas oriundas das etapas regionais e elaboradas novas propostas, elencando dez prioritárias para cada eixo, conforme descrito abaixo:

## EIXO 1: COMIDA DE VERDADE: AVANÇOS E OBSTÁCULOS PARA A CONQUISTA DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL E DA SOBERANIA ALIMENTAR

1. Efetivar a inclusão do tema da alimentação saudável como tema transversal nos planos de ensino e do projeto político-pedagógico escolar conforme orientação a Lei 11.947/2009 e Resolução 26 do FNDE, envolvendo a formação de professores e sensibilização das famílias para consumo de comida de verdade;
2. Estabelecer marco legal para responsabilização das empresas/agentes produtores que contaminarem propriedades de produção certificada agroecologicamente e a petição da população para o Senado dizer não à derrubada do selo de transgênicos nos rótulos dos produtos;
3. Propor à instância federal competente a inclusão nos rótulos e propagandas de alimentos da mensagem “Esse produto contém alto teor de (algum ingrediente) que pode ocasionar dano à saúde”, a exemplo da estratégia das embalagens de cigarros;

<sup>2</sup> De acordo com o Decreto 6.040/2007, os povos e comunidades tradicionais são definidos como “grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tal, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos por tradição”. Entre os povos e comunidades tradicionais do Brasil estão quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros.

4. Criar legislação nos 3 âmbitos de Governo, garantindo o trabalho de intersetorialidade das secretarias, universidades e equipamentos públicos para o atendimento da população com problemas relacionados à obesidade e necessidades alimentares especiais;
5. Formar parcerias entre o poder público e as comunidades tradicionais de terreiro, indígenas, quilombolas, faxinalenses e camponeses para garantir estrutura de adesão aos programas do MDS e outros do governo federal e de outras instâncias, bem como implantar a agrofloresta dos fundos de vale, mata ciliares e reservas legais, incluindo ervas medicinais, folhas sagradas e árvores frutíferas nativas, respeitando a legislação vigente, com inclusão no CAR (Cadastro Ambiental Rural);
6. Regulamentar a legislação federal, estadual e municipal com o objetivo de restringir e responsabilizar a comercialização e uso indevido e abusivo de produtos transgênicos e agrotóxicos. Estabelecer critérios padronizados de uso, aplicação, fiscalização e monitoramento por órgão oficial que acompanhe estes processos;
7. Garantir capacitação e assistência técnica, extensão rural e políticas públicas incentivando agroecologia e produção orgânica desde a pesquisa, tecnologias específicas, da produção ao consumo, através de parceria com instituições que fazem a certificação, material informativo e subsídio para os agricultores interessados em adotar o sistema agroecológico, para controle alternativo de pragas e doenças e modos de aplicação com menor danos ao meio ambiente. Incentivar a agricultura orgânica;
8. Ampliar e assegurar que programas destinados a segurança alimentar e nutricional, tais como PAA e PNAE, não corram o risco de descontinuidade pela escassez de recursos;
9. Criar mecanismos de acesso à logística de transporte e armazenamento. Variedade de pontos de entrega municipal, com financiamento público federal;
10. Criar políticas públicas com linhas de crédito específicas priorizando indígenas, quilombolas, faxinalenses e demais PCTs para a produção e comercialização que não altere o bioma, exemplo das agroflorestas com sustentabilidade.

## EIXO 2: DINÂMICAS EM CURSO, ESCOLHAS ESTRATÉGIAS E ALCANCE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Buscar junto aos governos (Estaduais e municipais) maior agilidade na implantação e adesão dos SISB/SUASA, respeitando as características tradicionais de produção local, sem o condicionante da evidência do SIM;
2. Tornar realidade o PRONARA, com vistas a aparelhar os mecanismos de controle, fiscalização e análise de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, com mais recursos, maior

investimento em ATER com o foco na produção agroecológica (produção, meio ambiente, água, solo);

3. Garantir a criação de programas simplificados de subsídios para transição agroecológica, por meio da ATER para o fortalecimento dos mecanismos de comercialização, a exemplo do PAA e PNAE, feiras livres, mercados municipais e outras modalidades, mediante a contratação imediata de técnicos que atendam às demandas locais, para implementar políticas públicas de assistência técnica em agroecologia, seguro agrícola para a diversificação, voltadas prioritariamente para a agricultura familiar e camponesa;
4. Criar programas de motivação aos jovens quanto à permanência no campo, através de formação continuada voltada a agroecologia, e incentivo financeiro que dará condições para a permanência na propriedade;
5. Criação de uma lei de incentivo de remuneração por serviços ambientais (proteção de nascentes e produção de água, manutenção da mata ciliar, sequestro de carbono, manutenção da vida silvestre) em nível de propriedade;
6. Aprimorar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), transformando em política pública, facilitando a inclusão de novos agricultores, ampliando o diálogo com a CONAB e o MDS; execução para 12 meses de forma consecutiva, sem períodos de paralisação para análises; ajuste semestral dos valores dispostos na tabela da CONAB; elevar o valor do contrato por DAP; permitir que a oferta de produtos seja feita por grupos de alimentos, a exemplo do PNAE Estadual/Paraná, considerando o hábito alimentar local e a vocação agrícola regional;
7. Reajustar anualmente o valor por aluno repassado pelo FNDE, adequando-o à realidade de cada região, para a execução do PNAE;
8. Aprimorar o funcionamento do PNAE de forma a facilitar a entrada de novas organizações da agricultura familiar e camponesa, indígenas, quilombolas, faxinalenses e outros PCTs;
9. Garantir mecanismos, legislação e orçamentos em nível de Estado e Município, a criação, execução e manutenção de um programa para aquisição de produtos da agricultura familiar oriundos de grupos produtivos, associações e cooperativas da economia solidária, para atender pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar, tais como: Famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e PCTs);
10. Que os conselhos municipais afins - COMSEA, CAE, CMAS, CMDRS e outros, os coletivos regionais - CORESANS, Colegiados Territoriais e territórios CONSADs, façam uma gestão conjunta dos programas de mercados institucionais existentes e potenciais (PAA/

PNAE/ Compras institucionais,etc), a fim de organizar a demanda e oferta, contemplando assim, os princípios do DHAA e da inclusão social.

### EIXO 3: FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN)

1. Com o objetivo de efetivar políticas públicas de SAN qualificadas e resolutivas e promover o fortalecimento do SISAN, realizar formação continuada, com disponibilização de recursos humanos, financeiros e equipamentos, aos agentes envolvidos no processo (gestores, técnicos e conselheiros) nos municípios, câmara intersetoriais e COMSEAS para implantação das políticas de SAN, assegurando a participação social e gestão intersetorial nas três esferas de governo;
2. Fortalecer CAISANs/CONSEAs estaduais para apoio aos municípios na construção dos PLANSANs, prevendo orçamento dos programas envolvidos e garantindo mecanismos de continuidade e cumprimento do plano na gestão vigente e na seguinte, com alinhamento às LDOs, LOAs e PPAs;
3. Que os municípios desenvolvam a Gestão de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (GPPSAN) disponibilizando recursos humanos, materiais e financeiros, com a criação de banco de dados que possam cruzar informações do CadÚnico, Sisvan, Sisab e SUS para o mapeamento do índice de Insegurança Alimentar, e ainda constituindo câmaras temáticas de SAN em conselhos de áreas afins como estímulo para desenvolvimento de lideranças e formação permanente;
4. Que a CAISAN e o CONSEA estaduais promovam, junto aos municípios, a sensibilização, mobilização e o estímulo à participação da sociedade e dos sujeitos envolvidos com a política de SAN, por meio das mais variadas formas de comunicação para a construção do pacto de gestão do DHAA, bem como desenvolver ações integradas em âmbito regional para o fortalecimento do SISAN;
5. Garantir formação continuada dos membros do CONSEA e CAISAN nas três esferas de governo, incluindo construção de mecanismos de monitoramento de violações de SAN e de exigibilidade do DHAA (Direito Humano à Alimentação Adequada), e realizar campanhas que abordem o tema SAN em locais estratégicos como feiras e praças, fortalecendo a participação social na formulação, monitoramento e gestão de projetos de SAN;
6. CAISAN nacional e estadual devem apoiar os municípios paranaenses no cumprimento dos critérios exigidos pela lei n 11346/2006 para adesão ao SISAN, fazendo diálogo com CONSEA/PR e as CORESANS;
7. Criação e regulamentação de um fundo SAN, com orçamento e previsão orçamentária próprio para as ações de SAN nas 3 esferas de governo. Inserir e Implementar o Plano Municipal de SAN – com previsão no Plano Plurianual – PPA – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, com dotação orçamentária para ações inerentes à política de SAN, com participação do CONSEA e assessoria da CAISAN;
8. Estabelecer no orçamento os recursos – nas três esferas – necessários para garantir a continuidade e a ampliação de recursos para a implementação da política de segurança alimentar e nutricional nas áreas urbanas e rurais;

9. Promover a elaboração do Plano Municipal de SAN de forma participativa envolvendo a sociedade (COMSEA e CORESANS), com ações que integrem o poder público em parceria com as instituições e entidades da sociedade civil. Esta elaboração deve respeitar as diretrizes apontadas pelo CONSEA-Nacional para os planos de SAN;
10. Efetivar formas de diálogo entre os COMSEAs, CORESANS e CONSEA/PR, contribuindo para o monitoramento das atividades de SAN desenvolvidas no âmbito municipal e para o fortalecimento das trocas de experiências.

A IV CESAN caracterizou-se por processos de mobilização, reuniões para organização, elaboração de materiais orientadores e, ainda, de forma mais concreta os debates dos grupos. As demandas demonstraram uma necessidade contínua de readequação das prioridades para que a SAN se mantenha no patamar conquistado, de forma a fazer com que exista uma conjunção de esforços e convergência de ações para a sua concretização.

### 3.3 METODOLOGIA UTILIZADA PARA A ELABORAÇÃO DO II PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2016-2019

A síntese apresentada no item anterior traz a dimensão e profundidade dos temas discutidos na IV CESAN. Muitas das proposições, no entanto, extrapolaram a instância estadual. Neste caso, foram amplamente discutidas no âmbito federal, na Conferência Nacional e reuniões ordinárias do CONSEA Nacional.

O quadro abaixo apresenta de forma condensada, as propostas apresentadas no IV CESAN e as ações decorrentes e incluídas no presente plano:

Quadro 1: Eixo 1 de Discussão, Propostas Apresentadas na IV CESAN e Ações incluídas no II Plano Estadual de SAN

<b><i>EIXO 1: Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar</i></b>	
<b>PROPOSTAS IV CESAN</b>	<b>INCLUSÕES - PLANO ESTADUAL</b>
Implantar agroflorestas nos fundos de vale, matas ciliares e reservas legais, incluindo ervas medicinais, folhas sagradas e árvores frutíferas nativas, respeitando a legislação vigente, com inclusão no Cadastro Ambiental Rural (CAR).	O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) apresentou as propostas de apoiar o enriquecimento florestal nos faxinais para produção e comercialização de erva mate, pinhão, mel e outras nativas e de realizar o Cadastro Ambiental Rural – CAR, com Cadastramento dos faxinais como territórios tradicionais.
Garantir capacitação e assistência técnica, extensão rural e políticas públicas incentivando a agroecologia e produção orgânica desde a pesquisa, tecnologias específicas, da produção ao consumo.	A Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) incluiu em suas propostas: i- monitorar projetos para produção de auto consumo e venda, beneficiando indígenas, quilombolas e pescadores artesanais; ii- Promover ações de educação alimentar; iii- Orientar boas práticas de produção dos produtos da agroindústria; iv- Orientar para abastecimento de água e saneamento básico; e v- Promover o acesso aos mercados institucionais, entre outros.
Ampliar e assegurar que programas destinados a segurança alimentar e nutricional, tais como PAA e PNAE, não corram o risco de descontinuidade pela escassez de recursos.	No que compete ao Estado, houve a manutenção da aquisição do PNAE, atingindo 41% a aquisição da agricultura familiar, em 2015. A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) pretende implantar o <b>Programa Compra Direta PR</b> .
Criar mecanismos de acesso à logística de transporte e armazenamento.	A SEAB em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) planeja equipar 105 centrais municipais de recebimento e distribuição de alimentos.
Criar políticas públicas com linhas de crédito específicas priorizando indígenas, quilombolas, faxinalenses e demais PCTs para a produção e comercialização.	A SEAB planeja implantar o <b>Programa Mais Renda no Campo</b> , o <b>Pró-Rural</b> e o <b>Programa Compra Direta PR</b> , com linhas de crédito e priorização desses públicos.

Fonte: Relatório IV CESAN e CAISAN/PR

Quadro 2: Eixo 2 de Discussão, Propostas Apresentadas na IV CESAN e Ações Incluídas no II Plano Estadual de SAN

<b>EIXO 2: Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcance das políticas públicas</b>	
<b>PROPOSTAS IV CESAN</b>	<b>INCLUSÕES - PLANO ESTADUAL</b>
Garantir a criação de programas simplificados de subsídios para transição agroecológica, por meio da ATER para o fortalecimento dos mecanismos de comercialização, a exemplo do PAA e PNAE, feiras livres, mercados municipais e outras modalidades, mediante a contratação imediata de técnicos que atendam às demandas locais, para implementar políticas públicas de assistência técnica em agroecologia, seguro agrícola para a diversificação, voltadas prioritariamente para a agricultura familiar e camponesa.	A SEAB/DESAN planeja implantar o Programa <b>Mais Renda no Campo</b> , com uma linha específica para estímulo à transição agroecológica e cuidados com o meio ambiente, contemplando inclusive a assistência técnica para organizações da agricultura familiar. Programas como o <b>Compra Direta PR e Pró- Rural</b> também trabalham nesta linha. O Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) incluiu: cursos, visitas técnicas, oficinas, palestras, entre outros. O Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCO) desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Centro Paranaense de Referências em Agroecologia (CPRA) e Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), é outra ação desenvolvida.
Criar programas de motivação aos jovens quanto à permanência no campo, através de formação continuada voltada a agroecologia, e incentivo financeiro que dará condições para a permanência na propriedade.	A SEAB/DESAN planeja implantar o Programa <b>Mais Renda no Campo</b> e o <b>Compra Direta PR</b> , priorizando a participação de jovens e mulheres, e a produção agroecológica. Várias propostas do CPRA citadas anteriormente, também se aplicam a esse item.
1.Criação de uma lei de incentivo de remuneração por serviços ambientais (proteção de nascentes e produção de água, manutenção da mata ciliar, sequestro de carbono, manutenção da vida silvestre), em nível de propriedade.	O Águas Paraná realizará pagamento por serviços ambientais, para 1.000 famílias constantes do Cadastro Socioeconômico Ambiental (CAR).
Garantir mecanismos, legislação e orçamentos em nível de Estado e Município, a criação, execução e manutenção de programa para aquisição de produtos da agricultura familiar oriundos de grupos produtivos, associações e cooperativas da economia solidária, para atender pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar, tais como: Famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e PCTs)	A SEAB pretende implantar o Programa <b>Compra Direta PR</b> , que segue a mesma dinâmica de funcionamento do PAA. A SEED adquire para a alimentação escolar (AE), no mínimo 30% da AF, incluindo significativo percentual de orgânicos.

Fonte: Relatório IV CESAN e CAISAN/PR

Quadro 3: Eixo 3 de Discussão, Propostas Apresentadas na IV CESAN e Ações Incluídas no II Plano Estadual de SAN

<b>EIXO 3: Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)</b>	
Promover o fortalecimento do SISAN, realizar formação continuada, com disponibilização de recursos humanos, financeiros e equipamentos.	A CAISAN- PR participa das reuniões do CONSEAPR, e por meio Secretaria Executiva, programou 12 reuniões ordinárias, sendo 6 da plenária e 6 da Diretoria Executiva/ano, as quais se replicam nas CORESANs. A orientação aos municípios é uma ação contínua da CAISAN, CONSEA, CORESANs e Núcleos Regionais da SEAB.
Fortalecer CAISANs/CONSEAs estaduais para apoio aos municípios na construção dos PLANsANs, prevendo orçamento dos programas envolvidos e garantindo mecanismos de continuidade e cumprimento do plano na gestão vigente e na seguinte, com alinhamento às LDOs, LOAs e PPAs.	
Que a CAISAN e o CONSEA estaduais promovam, junto aos municípios, a sensibilização, mobilização e o estímulo a participação da sociedade e dos sujeitos envolvidos com a política de SAN.	
Garantir formação continuada dos membros do CONSEA e CAISAN incluindo construção de mecanismos de monitoramento das violações de SAN e de exigibilidade do DHAA e realizar campanhas que abordem o tema SAN em locais estratégicos como feiras e praças, fortalecendo a participação social na formulação, monitoramento e gestão de projetos de SAN.	
Efetivar formas de diálogo entre os COMSEAs, CORESANs e CONSEA/PR, contribuindo para o monitoramento das atividades de SAN desenvolvidas no âmbito municipal e para o fortalecimento das trocas de experiências.	
Criação e regulamentação de um fundo de SAN, com orçamento e previsão orçamentária próprio para as ações de SAN nas 3 esferas de governo.	No âmbito estadual, o Governo do Estado publicou a Lei Estadual nº 18.573/2015 que instituiu o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), com a finalidade de integrar ações e destinar recursos para projetos que visem reduzir a pobreza e a desigualdade social e a promover a SAN. Várias ações serão beneficiadas com recursos do FECOP, sendo disponibilizado um percentual específico para programas e ações de SAN.

Fonte: Relatório IV CESAN e CAISAN/PR





# CONTEXTUALIZAÇÃO



## 4. CONTEXTUALIZAÇÃO

O cenário paranaense de SAN nos últimos 4 anos, apresentou mudanças na estrutura organizacional do Estado, publicação de importante legislação, avanços em várias áreas e o desenvolvimento de políticas contínuas de repercussão como o PLC, PAA, PEAE, Família Paranaense, PARA/PR, entre outros. Esta contextualização procurou condensar os principais acontecimentos e execuções.

As Secretarias Executivas da CAISAN-PR e do CONSEA-PR estiveram abrigadas até 2014, na Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS). Com a publicação da Lei nº 18.374/2014, ocorreu a extinção da referida Secretaria e a transferência do Departamento de Segurança Alimentar (DESAN) para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Outra transferência ocorreu no âmbito do Departamento Penitenciário – DEPEN, da então Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos- SEJU, para a Secretaria de Segurança Pública – SESP, de acordo com a Lei 18.410/2014.

No Paraná, atividades relativas à administração do Sistema Penitenciário e à supervisão e fiscalização da aplicação de penas de reclusão e detenção de cidadãos que se encontram sob custódia do Estado, além de ações de educação e qualificação profissional e de reinserção social dos egressos do Sistema Penal, passam a ser atribuição da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária<sup>3</sup>. Houve ainda a transferência para a SESP, do Conselho Penitenciário (COPEN), e o Fundo Penitenciário (FUPEN)<sup>4</sup>.

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos<sup>5</sup> (SEJU), a partir do advento da Lei Estadual nº 18.374/2014, tornou-se responsável pela organização, promoção, desenvolvimento e coordenação do Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE).<sup>6</sup>

Outra novidade de grande repercussão no período, foi a publicação da Lei Estadual nº 18.573/2015 que instituiu o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), com a finalidade de integrar ações e destinar recursos para projetos que visem a redução da pobreza e da desigualdade social e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, no estado do Paraná.

É importante destacar que a forte descontinuidade no repasse federal para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado, criou uma demanda crescente para

<sup>3</sup>A Gestão do Departamento Penitenciário é formada pelas Unidades Penitenciárias (31), os Patronatos, Corregedoria, e toda sua estrutura organizacional. O Departamento da Polícia Civil também abriga presos em anexos das Unidades Policiais, chamados de SECATs, ou seja, Setor de Carceragens Temporárias.

<sup>4</sup>Fazem parte da mesma Secretaria as Unidades vinculadas da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Científica e Grupos Especiais.

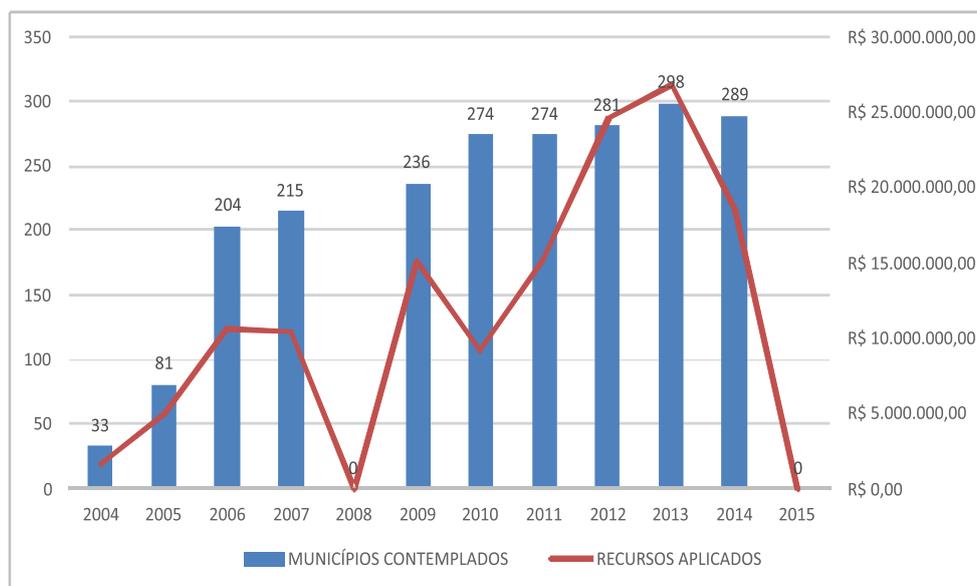
<sup>5</sup>Atualmente, o Estado do Paraná conta com 19 Centros de Socioeducação (CENSE) e 08 Casas de Semiliberdade, totalizando 1.032 vagas, subdivididas em três regiões.

<sup>6</sup>O Departamento tem como atribuição a gestão e qualificação do atendimento socioeducativo de internação, internação provisória e semiliberdade, de acordo com as normas e recomendações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dos compromissos internacionais de direitos humanos.

absorção da produção da AF. No auge do programa executado pela SETS, em 2013, ocorreu a aquisição de gêneros na ordem de R\$ 26,8 milhões, beneficiando 10.792 agricultores familiares de 292 municípios. Já em 2015, a execução foi nula e em 2016, a previsão é que o PAA execute pouco mais de 3,6 milhões. Se considerarmos a projeção para 2016 e a execução 2013, a operacionalização deve representar pouco mais de 13% do recurso e beneficiar apenas 5 % dos agricultores.

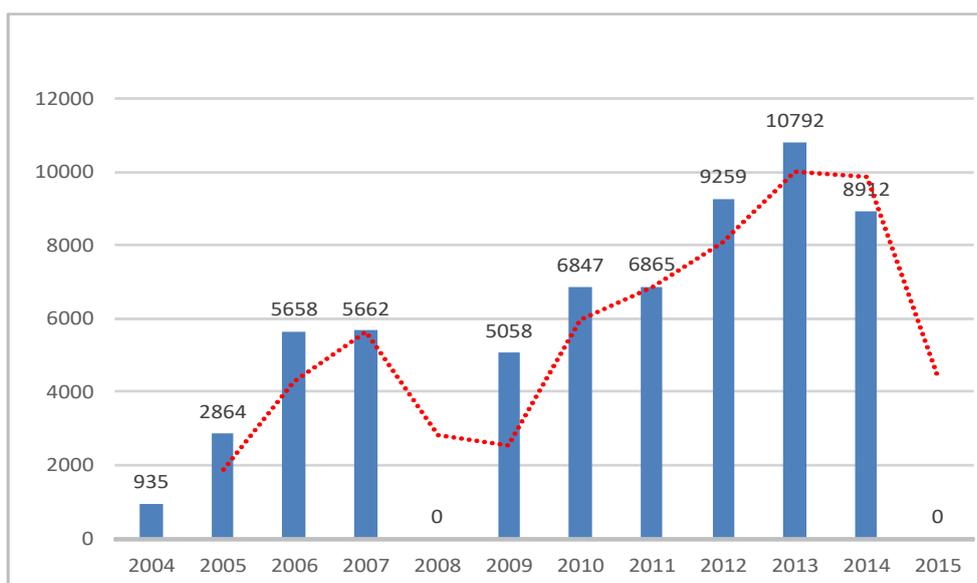
A evolução do PAA executado pela SETS, é apresentado nos gráficos 1 e 2.

**Gráfico 1: Evolução do Investimento e Número de Municípios Contemplados no PAA 2004-2015, no Estado do Paraná<sup>7</sup>**



Fonte: SEAB/DESAN

**Gráfico 2: Evolução do Número de Agricultores Participantes dos Projetos do PAA 2004-2015, no Estado do Paraná**



Fonte: SEAB/DESAN

<sup>7</sup>Operacionalização pela SETS - Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária.

Estudo do IPARDES (2015) alerta para a tendência de que 240 municípios paranaenses apresentem queda populacional até 2030. Em consequência de movimentos migratórios, 44% da população total do Estado tenderá a se concentrar nas regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá.

Assim, o Estado precisa de ações efetivas e rápidas nas políticas públicas, de modo a evitar tal concentração populacional e retrocessos das compras públicas para a AF. A manutenção de um mercado contínuo, garantido e com preços justos representa forte incentivo para a permanência dos jovens no campo, além de alavancar uma série de outros benefícios.

Com recursos provenientes do FECOP, o DESAN/SEAB planeja implantar ações como o Programa **Compra Direta PR**, **Programa Paranaense de Apoio aos Restaurantes Populares** e Programa de Apoio às organizações da Agricultura Familiar, que será denominado **Mais Renda no Campo**.

O **Programa Leite das Crianças (PLC)**, criado em 2003, tem por objetivo o combate à desnutrição infantil e consiste na distribuição gratuita e diária de 1 litro de leite enriquecido com vitaminas e minerais às crianças entre 06 e 36 meses, integrantes de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo regional. O Programa visa também o fomento à AF, geração de emprego e renda, busca e remuneração pela qualidade do produto, inovação dos meios de produção, promovendo a consolidação das bacias leiteiras locais e regionais.

No ano de 2015, o PLC atendeu cerca de 114.000 crianças/dia, perfazendo um gasto médio mensal de aproximadamente R\$ 5,9 milhões, o que representou um investimento de R\$ 70,9 milhões/ano. O enriquecimento do leite ocorre pela adição de mistura de vitaminas e minerais – Premix<sup>8</sup>. Em média, é dispendido para essa finalidade o valor de R\$ 158 mil.

O **Programa Família Paranaense**, lançado em 2012 e instituído pela Lei Estadual nº 17734/2013, é coordenado e acompanhado pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), por intermédio da Unidade Técnica do Programa Família Paranaense (UTFPF). Trata-se de programa estratégico do Governo de Estado, que articula as políticas públicas de várias áreas de governo estadual e municipal, visando o protagonismo e a promoção social das famílias que vivem em situação de alta vulnerabilidade e risco social, identificadas pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVFPR).

O Programa Família Paranaense também atende as famílias em vulnerabilidade de renda com a concessão de benefício direto às famílias como o renda família Paranaense que atendeu desde dezembro de 2013 a dezembro de 2015, 192,3 mil famílias, num montante investido de R\$ 67,5 milhões. Recursos indiretos como o Luz Fraterna, também auxiliam a família no acesso à alimentação, pois com os valores não gastos com as despesas de energia elétrica, a família pode utilizar para suprir suas necessidades, desde janeiro de 2011 a dezembro de 2015, foram beneficiadas 635 mil unidades consumidoras, num montante investido de R\$ 140 milhões.

<sup>8</sup>O Premix é composto por mistura de vitaminas A e D, ferro quelato e zinco.

Em 2015, houve o atendimento de 23.945 famílias no programa. As ações planejadas para as famílias no eixo da Segurança Alimentar e Nutricional, constam do Quadro 4:

**Quadro 4: Ações de SAN executadas pelo Programa Família Parananense, 2015.**

Ação	Realizada	Planejada e Em Andamento	Total de Ações
Inclusão de criança no Programa Leite das Crianças (Lei 16.385/2010)	1264	468	1732
Inclusão em atividade de manipulação de alimentos para melhoria nos hábitos alimentares	848	739	1587
Inclusão em projetos como horta caseira ou comunitária, cozinha comunitária, pequenas criações, etc	748	381	1129
Inclusão no projeto Renda Família Paranaense - Agricultor Familiar	44	1201	1245
Inclusão da família como consumidora em programa de segurança alimentar/aquisição de alimentos	343	259	602
Inclusão nos projetos disponíveis de melhoria e desenvolvimento da atividade agrícola	192	169	361
Inclusão da família como fornecedora em programas de mercados institucionais e similares	88	82	170
Emissão da DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf	26	25	51

Fonte: SEDS

As ambições do programa são amplas, já que os resultados esperados se estendem desde aumentar a capacidade protetiva das famílias até diminuir a violação de direitos (Figura 3).

**FIGURA 3– ESQUEMA VISUAL DOS RESULTADOS ESPERADOS PELO PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE**



Fonte: SEDS

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) gerencia os recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da gestão estadual dos recursos federais destinados à compra de gêneros alimentícios e complementação com recursos estaduais para o armazenamento, transporte e análises laboratoriais dos alimentos adquiridos. O **Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE)** segue as diretrizes operacionais e nutricionais estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para garantir o atendimento universal aos escolares e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA).

Os gêneros alimentícios e cardápios que compõem a alimentação escolar visam proporcionar alimentação balanceada, com qualidade e aceitabilidade comprovada, contribuindo para o desenvolvimento saudável dos escolares.

O PEAE é referência nacional devido a grande variedade de alimentos, respeito aos hábitos alimentares, utilização de carnes congeladas, forte incentivo à agricultura familiar, garantia da qualidade dos alimentos, entrega ponto a ponto em todas as escolas, kit do aluno em aço inox (prato, caneca e utensílios), modernização e reposição de equipamentos, uniformização das (os) merendeiras (os), capacitação de pessoal, ações de educação e alimentar, controle eletrônico de todas as etapas da operacionalização, controle social efetivo e monitoramento do estado nutricional de todos os alunos da rede estadual.

Em 2015, o PEAE beneficiou 1,138 milhão de escolares de 2.761 escolas, nos 399 municípios paranaenses. Para a composição dos cardápios foram distribuídas mais de 22.150 toneladas de gêneros, sendo 9 tipos de carnes congeladas, 38 gêneros adquiridos por pregão eletrônico e 78 itens provenientes da agricultura familiar (frutas, hortaliças, temperos, panificados, leite, iogurte, sucos e polpas, entre outros). O investimento em gêneros totalizou R\$ 107 milhões, sendo R\$ 30,9 milhões da AF (41,31% do valor repassado pelo FNDE). A aquisição de orgânicos representou 17% do valor total da aquisição da AF.

O setor rural e os agricultores apresentam novos desafios e demandas a cada dia mais complexas. Assim sendo, a atividade de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) precisa se reinventar para dar apoio técnico adequado às prefeituras, cooperativas, ONGs e empresas. Como uma organização pública oficial e tendo como norteadora a Lei Estadual de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural - Lei 17447 - 27 de Dezembro de 2012, o INSTITUTO EMATER incorporou mais um papel e mais responsabilidades para executar ações de assistência técnica, mas também o de apoiar e promover a articulação harmônica desses atores em prol do desenvolvimento do Estado.

Para cumprir seu novo papel, o Instituto se volta para ações de modernização e aperfeiçoamento de seu modelo de gestão, que contemplem não só o seu fortalecimento como também busca implementar ações que resultem no fortalecimento de todos os demais atores, visando a ampliação da Assistência Técnica de qualidade ao maior de agricultores beneficiários. As principais ações, metodologias e números do EMATER – 2015, são apresentados nos Quadros 5 a 8

### Quadro 5 – Bases Físicas utilizadas no Estado pelo EMATER, em 2015.

<b>BASES FÍSICAS NO ESTADO</b>	<b>NÚMEROS</b>
Unidade Estadual	1
Unidades Regionais	22
Unidades Municipais	395
Unidades Distritais	12
<b>TOTAL</b>	<b>430</b>

Fonte: EMATER em números

### Quadro 6 – Público Atendido no Estado pelo EMATER, em 2015.

<b>PÚBLICO ATENDIDO</b>	<b>NÚMEROS</b>
Agricultores Familiares	84.619
Agricultores Patronais	3.347
Agricultores Periurbanos	156
Assentados Rurais	2800
Indígenas	177
Jovens Rurais	2.921
Mulheres Rurais	8.795
Pescadores Artesanais	803
Quilombolas	326
Técnicos de ATER	845
Trabalhadores Rurais	807
Outros	6.612
<b>Total</b>	<b>112.208</b>

Fonte: EMATER em números

### Quadro 7 – Metodologias Utilizadas e Público Atendido pelo EMATER, em 2015.

<b>METODOLOGIAS</b>	<b>NÚMEROS</b>	
	<b>MÉTODOS</b>	<b>PÚBLICO</b>
Atendimento no escritório (individual)	99.898	48.420
Caminhada e Ralis	68	17.779
Campanhas	17	3.115
Concursos	9	1.089
Consultas Públicas	2	24
Cursos	587	9.689
Diagnósticos Rurais Participativos	61	1590
Dias de Campo	193	6.240
Econtros	272	14.899
Excursões	1.174	20.548
Exposições	32	228.163
Intercâmbios	15	182
Oficinas	275	6.180
Palestras	410	27.059
Reuniões (Práticas, Técnicas e de Dinamização)	4.939	86.821
Seminários	208	6.704
Treino e Visitas	16	384
Visitas (individuais)	180.783	58.251

Fonte: EMATER em números

**Quadro 8 – Projetos Desenvolvidos e Público Atendido pelo EMATER, em 2015.**

<b>APICULTURA</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	305
Produtores orientados no manejo de colmeias	259
Produtores orientados em manejo sanitário	27
<b>AQUICULTURA</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	2.537
Produtores orientados no uso de alevinos	867
Produtores orientados no manejo da qualidade da água	483
Produtores orientados no manejo da criação	879
<b>BOVINOCULTURA DE CORTE</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	2.541
Produtores orientados na formação e reforma de pastagem	578
Produtores orientados no manejo geral e sanitário	944
Produtores orientados no uso de suplementação alimentar	409
Produtores orientados no melhoramento genético do rebanho	265
<b>BOVINOCULTURA DE LEITE</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	25.692
Pessoas orientadas na gestão técnico-econômica da produção de leite	1.800
Pessoas orientadas na produção de pastagens melhoradas	2.995
Pessoas orientadas no manejo de pastagens	11.949
Pessoas orientadas no manejo de rebanhos	6.918
Pessoas orientadas no manejo sanitário	3.948
Pessoas orientadas na melhoria da qualidade do leite	940
<b>CAFÉ</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	3.180
Produtores orientados na colheita e preparo do café garantia de qualidade	1.411
Produtores orientados no manejo de doenças, pragas e invasoras	1.161
Produtores orientados na poda e desbrota do cafeeiro	542
Produtores orientados no manejo da fertilidade do solo e plantas	1.398
<b>CRÉDITO FUNDIÁRIO</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	1.125
Agricultores orientados tecnicamente	344
Agricultores orientados para acesso a políticas públicas	360
<b>CULTIVOS FLORESTAIS</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	1.853
Produtores orientados no manejo florestal	1.006
Produtores orientados no manejo de pragas, doenças e invasoras	494
Produtores orientados no plantio correto	509

<b>DESENVOLVIMENTO RURAL</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	26.454
Produtores com o perfil da UPF atualizado e acompanhado	10.672
Envolvimento de pessoas na avaliação dos planos comunitários e das UPFs	9.428
Pessoas mobilizadas para atividades de sustentabilidade	4.701
Agricultores orientados para acesso a políticas públicas	10.226
<b>FRUTICULTURA</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	6.103
Pessoas orientadas para acesso a mercados institucionais	636
Pessoas orientadas na implantação e manejo de pomares	1.567
Pessoas orientadas no manejo da fertilidade de solos e plantas	1.854
Pessoas orientadas em tratamentos culturais	2.317
<b>GRÃOS</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	20.699
Produtores orientados no manejo de pragas, doenças e invasoras	7.884
Produtores orientados no manejo da fertilidade do solo	9.016
Produtores orientados no uso correto de insumos	2.875
Seleção de variedades para semeadura e plantio	2.246

<b>INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	13.550
Pessoas orientadas na produção para autoconsumo	5.337
Pessoas orientadas para implantação de projetos para geração de renda	3.612
Pessoas orientadas no abastecimento de água domiciliar e saneamento básico	1.153
Pessoas orientadas sobre programas para formação de mão de obra	540
Atendimento às famílias do BSM	2.386

<b>MANDIOCA</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	2.042
Produtores orientados no manejo de pragas, doenças e invasoras	667
Produtores orientados no manejo de solos e água	824
<b>MULHERES E JOVENS</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	2.587
Pessoas orientadas em atividades geradoras de renda	1.955
Pessoas orientadas no acesso a serviços sociais	808

<b>OLERICULTURA</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	9.832
Produtores orientados na seleção de variedades e plantio programado	1.464
Produtores orientados em tratamentos culturais	2.818
Produtores orientados para produção programada	1.850
Produtores orientados no manejo de pragas, doenças e invasoras	2.693
Produtores orientados no manejo adequado de solos e água	1.735
Produtores orientados em classificação, processamento, embalagem e rotulagem	2.294

<b>PLANTAS POTENCIAIS, MEDICINAIS E AROMÁTICAS</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	330
Introdução de culturas regionais alternativas	46
Produtores orientados no manejo adequado de solos e água	107
Produtores orientados no manejo de pragas e doenças	31

<b>PESCA</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	687
Pessoas orientadas em legislação ambiental	239
Pessoas orientadas na conservação e processamento da produção	149

<b>POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	251
Pessoas orientadas para acesso a políticas públicas	189
Pessoas orientadas em atividades geradoras de renda	142

<b>SERICICULTURA</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	572
Pessoas orientadas no cultivo da amoreira	386
Pessoas orientadas no manejo da criação	310

<b>TURISMO RURAL</b>	<b>NÚMEROS</b>
Pessoas atendidas	3.015
Público participante de 59 caminhadas	16.096
Pessoas orientadas para realização de eventos de turismo rural	2.323

Fonte: EMATER em números

A Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA) instituiu o Programa Estadual de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – **PARA/PR**, conforme Resolução SESA nº 217/2011, com o objetivo de avaliar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos nos alimentos com vistas à segurança alimentar, evitando possíveis danos à saúde da população.

Nos anos de 2012 e 2013, em parceria com a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR e Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, foram coletadas amostras de hortícolas, respectivamente em propriedades rurais e na Unidade de Curitiba das Centrais de Abastecimento do Paraná – CEASA/PR (PARANÁ, 2017).

A taxa de crescimento do mercado brasileiro de agrotóxicos, entre 2000 e 2010, foi de 190% contra 93% do mercado mundial. O volume total de agrotóxicos comercializados no Paraná (terceiro maior Estado consumidor de agrotóxico do Brasil), em 2011, foi de 96,1 milhões de kg. Se comparado com os valores de 2008, teve um incremento de 20,3% (IPARDES, 2013). O uso de agrotóxicos no processo de produção agrícola e a consequente contaminação dos alimentos tem sido alvo de constante preocupação no âmbito da saúde pública.

A exposição de pessoas aos agrotóxicos pode ser atribuída tanto ao consumo de alimentos oriundos da produção agropecuária onde estes são usados, quanto ao contato direto, no caso dos aplicadores rurais e ou manipuladores, ou ainda ao contato indireto, como no caso das populações que estão sujeitas à aplicação de agrotóxicos para controle de vetores das endemias.

O município de Rio Azul foi o que mais apresentou notificações de intoxicação por agrotóxicos, com 317/100 mil hab., seguido pelos municípios de Ângulo, com 89,44, Nova Prata do Iguçu, com 78,37, Altônia, com 76,04 e Salto do Lontra, com 75,39 (PARANÁ, 2016).

Segundo o Relatório do Programa Estadual de Análise de Resíduos de Agrotóxicos – PARA/PR no ano de 2014, os resultados obtidos, demonstram a necessidade de ampliar os tipos de alimentos e a quantidade de amostras coletadas, bem como o número de ingredientes ativos pesquisados, uma vez que foram coletadas 221 amostras de 15 alimentos para a pesquisa de no máximo 121 ingredientes ativos, 23,3% do número atual de monografias de agrotóxicos publicadas pela ANVISA/MS (PARANÁ, 2017).

Do total de 221 amostras analisadas, 48 amostras foram coletadas em propriedades rurais, 125 em escolas e fornecedores da alimentação escolar e 48 na Unidade de Curitiba da CEASA/PR, sendo respectivamente 14,6%, 12% e 10,4% amostras insatisfatórias, por apresentarem resíduos de agrotóxicos não autorizados – NA para as culturas e/ou acima dos Limites Máximos de Resíduos – LMR estabelecidos.

Morango, pimentão e alface, foram os alimentos coletados em propriedades rurais que apresentaram amostras insatisfatórias, respectivamente 26,7%, 25% e 9,1% das amostras. Na alimentação escolar os alimentos que se destacaram pela presença de resíduos de agrotóxicos foram, banana (25%), abobrinha (20%), pepino (15,4%), repolho (12,5%) e tomate (11,6%). Para as amostras coletadas na Unidade de Curitiba da CEASA/PR, o morango (37,5%) e a uva (20%) foram os alimentos que apresentaram amostras insatisfatórias.

A presença de múltiplos resíduos de agrotóxicos numa mesma amostra é preocupante, uma vez que a Ingestão Diária Aceitável – IDA é um parâmetro estabelecido para cada agrotóxico de forma isolada, não existindo uma IDA que contemple a ingestão simultânea de diferentes agrotóxicos.

O principal motivo pelo qual as amostras foram consideradas insatisfatórias foi pela detecção de resíduos de agrotóxicos Não Autorizados – NA para uso na cultura, o que representou 71,4%, 80% e 100% das amostras insatisfatórias coletadas respectivamente em propriedades rurais, escolas/fornecedores da alimentação escolar e na Unidade de Curitiba da CEASA/PR.

Nas últimas décadas observa-se no mundo, no Brasil e no Paraná um significativo aumento do sobrepeso e obesidade da população e, conseqüentemente, de doenças crônicas não transmissíveis, tais como doenças cardiovasculares, diabetes, câncer, entre outras. Essas doenças são consideradas um sério problema de saúde pública e foram a causa de aproximadamente

72,6% das mortes no país, em 2013.

A Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas não Transmissíveis (VIGITEL), inquérito populacional realizado nas capitais do país de 2006 a 2014, colaborou para o diagnóstico dos fatores de risco e proteção para as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) (BRASIL, 2015). Em Curitiba, foram entrevistados mais de 1.500 indivíduos, observando-se resultados variáveis ao longo de 9 anos:

- Resultados positivos do VIGITEL em Curitiba – Diminuição do percentual de: a) Fumantes; b) fumantes de 20 ou mais cigarros ao dia; c) fumante passivo do domicílio; d) fumante passivo no local de trabalho; e) consumo de leite integral; f) consumo de refrigerante; g) inatividade física; h) consumo de bebida alcoólica; i) dirigir após consumo de álcool nos últimos 30 dias; e j) assistir TV por 3 ou 4 horas.
- Resultados negativos do VIGITEL em Curitiba – Aumento do percentual de: a) Excesso de peso; b) obesidade; c) consumo de carnes com excesso de gordura; d) hipertensão referida; f) diabetes referida; g) dislipidemia referida; h) auto avaliação de saúde como ruim; e i) diminuição do consumo regular de feijão (5 ou mais dias na semana) de 69,1 % para 61,4%.

Na faixa etária dos 35 aos 74 anos, num universo de 15.105 pessoas, dois terços já têm obesidade ou sobrepeso, 1/5 está com diabetes e 1/3 com hipertensão. Esses resultados são do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (Augusta, 2015).

As prevalências de diabetes (19,7%) e de hiperglicemia intermediária (50%) foram elevadas. A prevalência de alterações (diabetes e estágios intermediários) é elevada mesmo nas faixas etárias mais jovens (58%), e aumenta consideravelmente com o avanço da idade, ultrapassando 90%. As prevalências foram mais altas em pessoas de menor escolaridade e de raça/cor negra. Em participantes mais velhos (65-74 anos), de raça/cor negra ou de menor escolaridade, a prevalência de diabetes é superior a 30%.

A reversão desse quadro preocupante sobre obesidade e diabetes é uma das grandes prioridades no enfrentamento da epidemia das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Para tanto, as estratégias de enfrentamento precisam criar condições que facilitem a incorporação de hábitos de vida saudáveis, e a sociedade também precisa assumir um papel mais protagonista, visto que é ela, mais do que seus indivíduos, quem irá efetuar as mudanças pretendidas (Augusta, 2015). Estima-se que 50% da mortalidade dos pacientes com diabetes tipo 2, estão relacionadas às doenças cardiovasculares, e a incidência de doença arterial coronariana e cerebrovascular é de duas a quatro vezes maior nesses pacientes do que na população em geral (Soares et al, 2010).

Os dados referentes ao estado nutricional por fase do ciclo de vida, referentes ao período de 2013 a 2015 – Paraná e Brasil, oriundos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

(SISVAN), são apresentados nos Quadros 9 a 14.

Quadro 9: Estado Nutricional de **Crianças de zero a cinco anos**, Paraná, 2013-2015.

**2013**

IMC X Idade													
UF	Magreza acentuada		Magreza		Eutrofia		Risco de sobrepeso		Sobrepeso		Obesidade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	5.787	2,32	5.335	2,14	148.136	59,48	51.759	20,78	21.172	8,5	16.868	6,77	249.057
Brasil	155.242	3,85	129.012	3,2	2.319.553	57,53	737.349	13,29	345.408	8,57	345.270	8,56	4.031.834

**2014**

IMC X Idade													
UF	Magreza acentuada		Magreza		Eutrofia		Risco de sobrepeso		Sobrepeso		Obesidade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	5.274	2,28	5.065	2,19	137.242	59,42	47.446	20,54	19.862	8,6	16.072	6,96	230.961
Brasil	157.825	3,77	131.785	3,15	2.379.569	56,9	772.700	18,48	367.545	8,79	372.486	8,91	4.181.910

**2015**

IMC X Idade													
UF	Magreza acentuada		Magreza		Eutrofia		Risco de sobrepeso		Sobrepeso		Obesidade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	4.904	1,84	5.744	2,15	163.621	61,32	54.947	20,59	22.238	8,33	15.395	5,77	266.849
Brasil	143.354	3,1	141.622	3,07	2.706.938	58,59	870.674	18,85	408.339	8,84	349.079	7,56	4.620.006

Fonte: SESA/SISVAN-MS

Segundo dados coletados do SISVAN no período de 2013 a 2015, foram avaliadas 743.867 crianças de 0 a 5 anos no Paraná. No Quadro 9, observa-se uma divisão feita em seis grupos, com a avaliação de magreza acentuada, magreza, eutrofia, risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade.

Os dados apresentados demonstram assim como em outras faixas etárias, altos valores referentes a risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade.

Os valores de magreza acentuada tiveram pequena redução do ano de 2013 a 2015. No ano de 2013 o percentual de magreza acentuada foi de 2,32%, e de 1,84% no ano de 2015.

Os percentuais de magreza, de risco de sobrepeso e de sobrepeso não apresentaram alterações significativas neste período.

Os dados referentes a obesidade apresentaram variações, com redução de 6,77% em 2013 para 5,77% no ano de 2015.

Quadro 10: Estado Nutricional de **Crianças de cinco a dez anos**, Paraná, 2013-2015.

2013

IMC X Idade													
UF	Magreza acentuada		Magreza		Eutrofia		Sobrepeso (5-10 anos)		Obesidade (5-10 anos)		Obesidade grave (5-10 anos)		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	2.771	1,98	2.779	1,98	91.623	65,41	23.913	17,07	11.217	8,01	7.762	5,54	140.065
Brasil	93.821	3,1	101.546	3,35	2.010.386	66,42	446.473	14,75	214.685	7,09	160.093	5,29	3.027.004

2014

IMC X Idade													
UF	Magreza acentuada		Magreza		Eutrofia		Sobrepeso (5-10 anos)		Obesidade (5-10 anos)		Obesidade grave (5-10 anos)		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	2.661	1,92	2.915	2,11	89.949	65,05	23.820	17,23	11.532	8,34	7.401	5,35	138.278
Brasil	100.072	2,88	111.349	3,21	2.295.761	66,18	524.082	15,19	259.634	7,48	175.151	5,05	3.469.049

2015

IMC X Idade													
UF	Magreza acentuada		Magreza		Eutrofia		Sobrepeso (5-10 anos)		Obesidade (5-10 anos)		Obesidade grave (5-10 anos)		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	2.496	1,25	3.780	1,9	128.620	64,66	35.208	17,7	18.402	9,25	10.408	5,23	198.914
Brasil	93.733	2,33	126.071	3,13	2.648.737	65,8	634.381	15,76	324.769	8,07	197.617	4,91	4.025.308

Fonte: SESA/SISVAN-MS

Segundo dados coletados do SISVAN no período de 2013 a 2015, foram avaliadas 477.257 crianças de 5 a 10 anos no Paraná. No Quadro 10, é possível observar uma divisão feita em seis grupos, destacando-se a avaliação de sobrepeso, e a divisão entre obesidade e obesidade grave.

Observando-se os dados é possível notar o alto índice de sobrepeso, obesidade e obesidade grave, sendo que para obesidade grave houve uma discreta diminuição. No ano de 2013, 8,01% das crianças de 5-10 anos se encontravam em estado de obesidade e 5,54% em obesidade grave. No ano de 2015, o índice de obesidade se elevou para 9,25% e de obesidade grave diminuiu para 5,23%.

Com relação aos índices de magreza acentuada, ocorreu leve redução. No ano de 2013, 1,98% das crianças de 5-10 anos apresentavam magreza acentuada, reduzindo para 1,25% no ano de 2015.

A soma dos valores de déficit e excesso de peso apresentou um crescimento no período. Em 2013 as crianças de 5-10 anos que se encontravam em risco nutricional eram de 34,58%, no ano de 2015 esse valor foi de 35,33%, principalmente pela ampliação nos números de sobrepeso e obesidade.

Quadro 11: Estado Nutricional de **Adolescentes**, Paraná, 2013-2015.

2013

IMC X Idade													
UF	Magreza acentuada		Magreza		Eutrofia		Sobrepeso		Obesidade		Obesidade Grave		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	1.610	1.19	2.591	1.91	93.381	68.82	26.353	19.42	9.753	7.19	2.004	1.48	135.692
Brasil	61.397	1.42	122.521	2.84	3.132.825	72.68	713.307	16.55	232.023	5.38	48.355	1.12	4.310.428

2014

IMC X Idade													
UF	Magreza acentuada		Magreza		Eutrofia		Sobrepeso		Obesidade		Obesidade Grave		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	1.575	1.1	2.666	1.85	99.835	68.43	27.631	19.22	9.986	6.94	2.097	1.46	143.790
Brasil	57.114	1.33	126.283	2.95	3.155.201	73.69	684.976	16	215.845	5.04	42.510	0.99	4.281.929

2015

IMC X Idade													
UF	Magreza acentuada		Magreza		Eutrofia		Sobrepeso		Obesidade		Obesidade Grave		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	1.507	0.71	4.222	1.99	141.239	66.55	42.143	19.86	18.778	8.85	4.329	2.04	212.218
Brasil	54.449	1.11	144.420	2.95	3.471.102	71	844.616	17.28	309.213	6.32	65.191	1.33	4.888.991

Fonte: SESA/SISVAN-MS

Segundo dados coletados do SISVAN, no período de 2013 a 2015, foram avaliados 491.700 adolescentes no Paraná. No Quadro 11, é possível observar uma divisão feita em seis grupos, com a avaliação de magreza acentuada, magreza, eutrofia, sobrepeso, obesidade e obesidade grave.

Observa-se o crescimento dos índices de obesidade e obesidade grave como causas principais para a redução do número de adolescentes eutróficos. Os índices de obesidade entre adolescentes apresentaram crescimento de 27,52%. Em 2013, 6,94% dos adolescentes eram obesos e em 2015, chegou a 8,85%.

A soma dos valores referentes à magreza e magreza acentuada no ano de 2013 representava 2,95%, no ano de 2015 o valor foi de 2,70%.

Quadro 12: Estado Nutricional de **Gestantes**, Paraná, 2013-2015.

2013

Estado nutricional atual (IMC por semana gestacional)									
UF	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	6.852	18.26	15.044	40.08	9.412	25.08	6.223	16.58	37.531
Brasil	96.172	19.85	193.312	39.91	119.940	24.76	74.962	15.48	484.386

2014

Estado nutricional atual (IMC por semana gestacional)									
UF	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	6.096	18.16	12.984	38.68	8.719	25.97	25.97	5.768	33.567
Brasil	97.440	19.4	196.228	39.08	126.490	25.19	81.989	16.33	502.147

2015

Estado nutricional atual (IMC por semana gestacional)									
UF	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	5.736	16.67	13.239	38.47	9.053	26.31	6.383	18.55	34.411
Brasil	126.402	18.22	269.922	38.9	180.137	25.96	117.463	16.93	693.924

Fonte: SESA/SISVAN-MS

Segundo dados coletados do SISVAN no período de 2013 a 2015, foram avaliadas 105.509 gestantes no Paraná. No Quadro 12, é possível observar o crescente número de gestantes que apresentam sobrepeso e obesidade.

No período 2013-2015 ocorreu um crescimento do percentual de sobrepeso, de 25,08% em 2013 para 26,31% em 2015. O valor de obesidade aumentou de 16,58% em 2013 para 18,55% em 2015.

O somatório do valor de sobrepeso e obesidade em gestantes foi de 41,66% no ano de 2013 e de 44,86% em 2015.

Somando o valor de magreza, sobrepeso e obesidade o valor é preocupante com 59,92% em 2013 e de 61,53% no ano de 2015, significando que mais da metade das gestantes avaliadas não se encontram com peso adequado para a idade gestacional.

Quadro 13: Estado Nutricional de **Adultos**, Paraná, 2013-2015.

2013

IMC													
UF	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade Grau 1		Obesidade Grau II		Obesidade Grau III		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	9.956	3.12	125.866	39.44	101.589	31.84	52.492	16.45	20.110	6.3	9.082	2.85	319.095
Brasil	345.542	3.55	4.198.753	43.09	3.154.422	32.37	1.392.858	14.29	458.625	4.72	193.889	1.99	9.745.089

2014

IMC													
UF	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade Grau 1		Obesidade Grau II		Obesidade Grau III		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	9.547	3.17	115.037	38.15	96.841	32.12	51.348	17.03	19.747	6.55	8.996	2.98	301.516
Brasil	324.114	3.4	3.923.686	41.2	3.143.808	33.01	1.441.460	15.13	484.102	5.08	207.210	2.18	9.524.380

2015

IMC													
UF	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade Grau 1		Obesidade Grau II		Obesidade Grau III		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	10.709	2.29	162.367	34.77	155.472	33.3	88.663	18.99	34.394	7.37	15.331	3.28	466.937
Brasil	310.452	2.76	4.347.921	38.64	3.829.746	34.03	1.857.113	16.5	630.468	5.6	277.461	2.47	11.253.161

Fonte: SESA/SISVAN-MS

Segundo dados coletados do SISVAN, entre 2013 e 2015 foram avaliados 1.087.548 de adultos. No Quadro 13, é possível observar uma divisão feita em seis grupos, sendo dividido em baixo peso, eutrófico, sobrepeso, obesidade grau 1, obesidade grau 2, obesidade grau 3.

A avaliação de adultos foi realizada com o foco em dividir os grupos com excesso de peso, pois representa uma grande fatia do grupo estudado. O resultado encontrado demonstra um crescimento anual dos valores de sobrepeso e obesidade. No ano de 2013, 31,84% dos adultos se encontravam em estado de sobrepeso, e em foi de 33,3%.

O crescimento dos índices de obesidade é mais expressivo que os de sobrepeso e em maior proporção do que em qualquer faixa etária. Somando os valores de sobrepeso e obesidade ocorreu um crescimento de 57,44% em 2013 para 62,94% em 2015.

Os valores referentes ao baixo peso reduziram em 0,83 percentual de 2013 a 2015.

Quadro 14: Estado Nutricional de **Idosos**, Paraná, 2013-2015.

2013							
IMC							
UF	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	1.261	10.74	3.872	32.97	6.610	56.29	11.743
Brasil	45.885	16.62	105.684	38.28	124.523	45.1	276.092

2014							
IMC							
UF	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	1.793	12.93	4.667	33.65	7.409	53.42	13.869
Brasil	64.687	16.55	149.681	38.3	176.467	45.15	390.835

2015							
IMC							
UF	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Paraná	8.784	10.66	28.119	34.11	45.527	55.23	82.430
Brasil	181.266	13.87	489.632	37.47	635.897	48.66	1.306.795

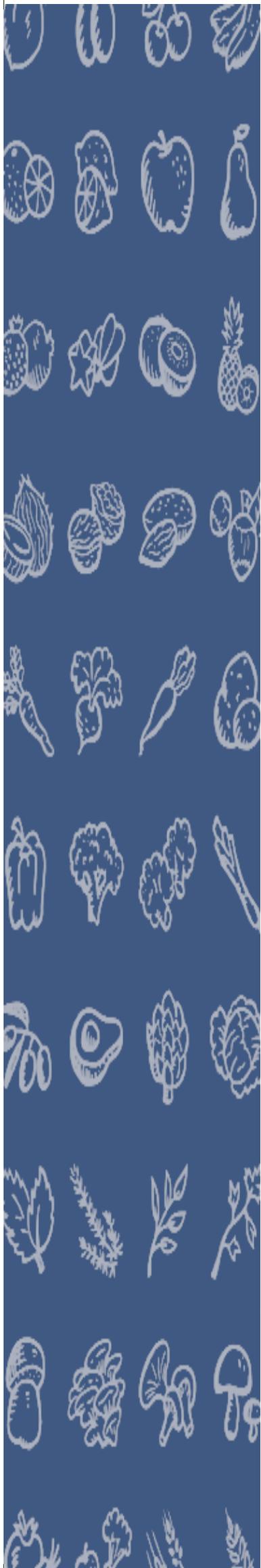
Fonte: SESA/SISVAN-MS

Segundo dados coletados do SISVAN, no período de 2013 a 2015, foram avaliados 102.042 idosos. No Quadro 14, é possível observar uma divisão feita em três grupos: baixo peso, eutrófico e sobrepeso.

Os valores referentes ao baixo peso se encontraram elevados. No ano de 2013 10,74% dos idosos se encontravam com baixo peso, aumentando para 12,93% em 2014 e reduzindo para 10,66% em 2015.

Os índices de sobrepeso foram superiores aos de eutrofia no período de 2013-2015. O recorte do IMC de idosos para sobrepeso é diferente em relação aos adultos, sendo considerado sobrepeso IMC acima de 24,9 kg/m<sup>2</sup> para adultos e 27 kg/m<sup>2</sup> para idosos.





# DESAFIOS



## 5. DESAFIOS

O Plano Estadual de SAN 2016 – 2019 foi elaborado utilizando-se como referência 10 grandes desafios, que possuem correspondência direta com as 8 Diretrizes da Política Nacional de SAN (PNSAN), ou seja:

**Desafio 1** – Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) – Corresponde à Diretriz 1 da PNSAN;

**Desafio 2** – Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural – Corresponde às Diretrizes 1, 2, 4, 5 e 6 da PNSAN;

**MACRODESAFIO:** PROMOÇÃO DE SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

**Desafio 3** – Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

**Desafio 4** – Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

**Desafio 5** – Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável (AAS) da População Brasileira, inclusive com medidas regulatórias – Corresponde à Diretrizes 3 e 5 da PNSAN;

**Desafio 6** – Promover a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) – Corresponde à Diretriz 3 da PNSAN;

**Desafio 7** – Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação – Corresponde à Diretriz 5 da PNSAN;

**Desafio 8**- Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural – Corresponde à Diretriz 6 da PNSAN;

**Desafio 9**- Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social – Corresponde às Diretrizes 3 e 8 da PNSAN;

**Desafio 10**- Apoio às iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional – Corresponde à Diretriz 7 da PNSAN.



# METAS



## 6. METAS

O Plano Estadual de SAN 2016-2019 utilizou estrutura semelhante ao Plano Nacional de Segurança Alimentar (PLANSAN) 2016-2019 e enumera as prioridades e compromissos de maior relevância a serem assumidos pela gestão estadual. A organização foi dividida em desafios, metas, linha de base, indicador e ações, apresentadas em uma mesma planilha. Dentro da nomenclatura utilizada, deve-se considerar:

**Desafios:** refere-se a uma dimensão mais estratégica do Plano, expressando de forma direta quais as linhas de ação que precisam ser enfrentadas no campo da SAN. Os desafios são apresentados em um enunciado-síntese.

**Metas:** refere-se à magnitude do resultado final esperado nos próximos quatro anos, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa.

**Linha de base:** refere-se ao estágio de referência inicial ou a situação atual. Ou seja, de onde se está partindo neste plano.

**Indicador:** é a forma como será medida cada meta. Traduz quantitativamente se a meta ocorreu dentro do esperado, contribuindo para o monitoramento, avaliação e ajustes de programas, ações e políticas públicas. Os indicadores utilizados são específicos e relacionados a cada meta.

**Ação:** refere-se aos meios necessários para o alcance das metas.

O Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019, está composto por 10 desafios, 92 metas e 231 ações, que serão detalhados a seguir.

### **DESAFIO 1 – PROMOVER O ACESSO UNIVERSAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL, COM PRIORIDADE PARA AS FAMÍLIAS E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

As ações propostas no Desafio 1 referem-se ao atendimento da alimentação escolar, do banco de alimentos, Ação Leite Paraná e os programas de transferência de renda.

O Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE), fornece diariamente alimentação a 1,1 milhão de alunos da rede estadual de ensino, nos 200 dias letivos. Em decorrência das características das escolas, a SEED adota programações diferenciadas/escola, com o objetivo de atender hábitos e preferências regionais. Há grande diversificação dos cardápios, com a distribuição de uma média de 140 itens/ano entre industrializados, carnes congelados e gêneros da agricultura familiar.

A rede de Bancos de Alimentos estadual tem o objetivo de arrecadar alimentos, desperdiçados ao longo da cadeia produtiva, mas ainda adequados ao consumo humano, provenientes de doações, visando o recebimento de doações de alimentos fora dos padrões de comercialização, mas sem nenhuma restrição de caráter sanitário. Em 2015, foram beneficiadas 664 entidades com a distribuição de mais de 5.000 toneladas de alimentos.

A Ação Leite Paraná foi instituída pelo Decreto nº 4675 de 23/05/2012 e alterado pelo Decreto nº 6425 de 12/11/2012, e consiste na compra e distribuição de leite pasteurizado, oriundos de fornecedores locais e regionais, preferencialmente os da agricultura familiar, para internos em hospitais públicos do Estado e à população carcerária em tratamento de saúde. Outro objetivo é dar apoio à organização do segmento agroindustrial do setor leiteiro do Estado do Paraná.

Em 2014 o Governo do Paraná firmou o contrato nº 3129 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para apoiar o financiamento do Programa Família Paranaense. O valor total do empréstimo é de USD 100 milhões, sendo 60% BID e 40% contrapartida estadual. Tais investimentos estão destinados às áreas de assistência social, saúde, educação, habitação, trabalho, agricultura e segurança alimentar e nutricional.

É com este recurso que o Programa financia parte das ações e serviços de assistência social nos municípios, além de garantir o aperfeiçoamento constante dos profissionais por meio de capacitações, o aprimoramento do sistema de informações e a realização de estudos e pesquisas de avaliação. Para além do cofinanciamento de serviços e gestão e investimento em equipamentos dessa área, o PFP destina recursos para projetos de parcerias com outras secretarias.

Conheça quais são as metas e ações propostas para o Desafio 1.

DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Perceiros	Informações Orçamentárias
1.1	Ampliar a quantidade de alimentos destinados pelo Banco de Alimentos para 6.500 toneladas/ano e o nº de entidades beneficiadas para 830.	5.000 ton/ano 664 entidades	Toneladas distribuídas nº entidades beneficiadas	1. Diminuir o número de pessoas que se encontram em INSAN, oferecendo alimentos com qualidade adequada; 2. Promover ações de EAN voltadas à SAN e reduzir o desperdício; e 3. Promover capacitações de boas práticas, utilização integral dos alimentos, geração de renda entre	CEASA SEAB	PM	
TRANSFERÊNCIA DE RENDA							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Perceiros	Informações Orçamentárias
1.4	Transferir renda complementar à 300.000 famílias em extrema pobreza, por intermédio do Programa Família Paranaense.	192.000	nº famílias beneficiadas	1. Gerar a folha de pagamento; 2. Efetuar o pagamento às famílias, via CEF	SEDS	Iparde CEF	PA 4422 3390.3632
1.5	Transferir renda complementar para 1.300 famílias que atendam critérios de elegibilidade - Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais		nº de unidades beneficiadas	1. Mobilização e seleção das Famílias; 2. Elaboração de diagnóstico da unidade familiar; 3. Acompanhamento e orientação técnica; 4. Capacitação das famílias; 5. Avaliação e fiscalização.	SEAB EMATER	MDS	PA 4258
1.6	Transferir recursos financeiros aos 399 municípios para permitir o confinamento de benefícios eventuais	156 municípios	nº de municípios beneficiados	1. Repasse de recursos aos municípios na modalidade Fundo à Fundo; 2. Acompanhamento da Prestação de Contas	SEDS	PM	PA 4422 3341.4100

**DESAFIO 2 – COMBATER A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E PROMOVER A INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL EM GRUPOS POPULACIONAIS ESPECÍFICOS, COM ÊNFASE EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E OUTROS GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS NO MEIO RURAL**

As metas e ações previstas para este desafio serão desenvolvidas pela SEAB, EMATER, SEDS e SESP e incluem a implantação de novo programa de aquisição de gêneros da AF (**Compra Direta Paraná**), com doação simultânea para a rede socioassistencial dos municípios.

O **Programa Leite das Crianças (PLC)** é outro programa que proporciona importante estímulo à AF, a geração de emprego e renda, remuneração pela qualidade do produto, inovação dos meios de produção, consolidando as bacias leiteiras locais e regionais no Estado. No ano de 2015, o PLC atendeu cerca de 114.000 crianças com a distribuição de 1 litro de leite enriquecido com vitaminas e sais minerais.

O **Programa Família Paranaense** estima apoiar técnica e financeiramente 5.600 famílias em alta vulnerabilidade social, promovendo atividades produtivas sustentáveis para autoconsumo com a venda de excedentes, apoiando o acesso a água e a melhoria sanitária domiciliar.

O EMATER apresenta neste tópico, várias metas de assessoramento e extensão rural, destinados aos agricultores familiares e grupos específicos como indígenas, quilombolas e pescadores artesanais.

Conheça quais são as metas e ações propostas para o Desafio 2.

INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL E/OU DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS							
METAS 2016-2019	Linha de Base	Indicador	Ações 2016-2019	Orgão Responsável	Perceiros	Informações Orçamentárias	
2.1		nº entidades beneficiadas nº agricultores beneficiados	1. Ampliar o acesso dos indivíduos em INSAN à alimentação, adequada, contribuindo para a redução da pobreza e desigualdade social no Estado; 2. Estimular hábitos alimentares saudáveis, incentivando a utilização de alimentos regionais e o abastecimento por meio da AF; 3. Melhorar a qualidade de vida e a condição socioeconômica e ambiental nas comunidades rurais, com conseqüente, geração de renda e promoção do desenvolvimento local.	SEAB	PM	PA 4258	
2.2	126.000 crianças	nº crianças atendidas	1. Aquisição e distribuição de leite pasteurizado e enriquecido; 2. Aquisição e distribuição de equipamentos de refrigeração e gelox; 3. Aquisição e distribuição de Premix; 4. Controle de Qualidade do leite; 5. Capacitação dos atores envolvidos na operacionalização do PLC.	SEAB	PM SESA SEDS SEED	PA 4174	
2.3		Nº de organizações assessoradas	1. Acompanhar as organizações e colaborar para sua estruturação, com o objetivo de acessar mercados institucionais.	EMATER			
2.4		nº Pessoas atendidas nº Projetos implantados	1. Ampliar o acesso dos indivíduos em insegurança alimentar à alimentação, adequada, contribuindo para a redução da pobreza e desigualdade social no Estado; 2. Estimular hábitos alimentares saudáveis, incentivando a utilização de alimentos regionais e o abastecimento por meio da agricultura familiar; 3. Melhorar a qualidade de vida e a condição socioeconômica e ambiental nas comunidades rurais, com conseqüente, geração de renda e promoção do desenvolvimento local.	EMATER			
AÇÃO RELACIONADA							
2.5	200	nº crianças atendidas	1. Produção de hortaliças no Parque Agrícola da Colônia Penal agroindustrial para o abastecimento semanal ao Pequeno Cotelengo; 2. Desenvolvimento de cursos na área agrícola aos detentos da Colônia Penal Agroindustrial – CPAI.	SESP	CPAI Pequeno Cotelengo		

TRANSFERÊNCIA DE RENDA E APOIO TÉCNICO							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Perceiros	Informações Orçamentárias
2.6	Apoiar técnica e financeiramente 5.600 famílias em alta vulnerabilidade social, promovendo atividades produtivas sustentáveis para autoconsumo com a venda de excedentes, apoiando o acesso a água e a melhoria sanitária domiciliar  <b>Família Paranaense.</b>	49	nº famílias beneficiadas	1. Disponibilização de sistema para identificação, seleção e acompanhamento das famílias beneficiadas; 2. Capacitação das equipes técnicas para operacionalização do sistema; 3. Seleção e inclusão das famílias; 4. Elaboração de projeto de inclusão produtiva individual; 5. Acompanhamento do desenvolvimento do Projeto e liberação das parcelas.	SEDS SEAB	EMATER Municípios	PA 4409 3390.3632 Fonte 142

GRUPOS POPULACIONAIS ESPECÍFICOS							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Perceiros	Informações Orçamentárias
2.7	Implantar projetos para produção de autoconsumo e venda do excedente, em pequenas áreas, beneficiando 870 quilombolas.		nº quilombolas atendidos	1. Ampliar o acesso dos indivíduos em insegurança alimentar à alimentação, adequada, contribuindo para a redução da pobreza e desigualdade social no Estado; 2. Estimular hábitos alimentares saudáveis, incentivando a utilização de alimentos regionais e o abastecimento por meio da agricultura familiar; 3. Melhorar a qualidade de vida e a condição socioeconômica e ambiental nas comunidades rurais, com conseqüente, geração de renda e promoção do desenvolvimento local.	SEDS SEAB	EMATER Municípios	PA 4409 3390.3632 Fonte 142
2.8	Implantar projetos para produção de autoconsumo e venda do excedente, em pequenas áreas, beneficiando 150 indígenas.		nº famílias indígenas atendidas	1. Ampliar o acesso dos indivíduos em insegurança alimentar à alimentação, adequada, contribuindo para a redução da pobreza e desigualdade social no Estado; 2. Estimular hábitos alimentares saudáveis, incentivando a utilização de alimentos regionais e o abastecimento por meio da agricultura familiar; 3. Melhorar a qualidade de vida e a condição socioeconômica e ambiental nas comunidades rurais, com conseqüente, geração de renda e promoção do desenvolvimento local.	EMATER		
2.9	Implantar projetos para produção de autoconsumo e venda do excedente, em pequenas áreas, beneficiando 200 pescadores artesanais.		nº pescadores artesanais atendidos	1. Ampliar o acesso dos indivíduos em insegurança alimentar à alimentação, adequada, contribuindo para a redução da pobreza e desigualdade social no Estado; 2. Estimular hábitos alimentares saudáveis, incentivando a utilização de alimentos regionais e o abastecimento por meio da agricultura familiar; 3. Melhorar a qualidade de vida e a condição socioeconômica e ambiental nas comunidades rurais, com conseqüente, geração de renda e promoção do desenvolvimento local.	EMATER		

<sup>9</sup>O Programa Horta Solidária consiste em iniciativa da Colônia Penal Agroindustrial e o Pequeno Cotoengo, e visa fornecer hortaliças adequadas à demanda da instituição. Os apenados recebem curso na área agrícola e remuneração de acordo com a sua contratação por Convênio.

### **DESAFIO 3 – PROMOVER A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS, A ESTRUTURAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E O FORTALECIMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA**

As metas e ações previstas para este desafio serão desenvolvidas pela SEAB (equipamento das centrais de abastecimento, estruturação das organizações pelo **Mais Renda no Campo** e **Pró-Rural**, aquisição de gêneros da AF pelo **Compra Direta Paraná** e desenvolvimento da campanha **Plante seu Futuro**), Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG) (regularização fundiária), SEED (aquisição de gêneros da AF para a alimentação escolar), IAP (recuperação ambiental e realização do CAR), SETI e TECPAR (certificação de orgânicos), SESA (desenvolvimento do **PARA-PR**), entre outros.

No mercado mundial de agrotóxicos, em 2010, o Brasil se fez representar com 19% dos negócios, sendo que em 2011 houve um aumento de mais de 16% no mercado nacional, com destino principal para as lavouras de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar, que representam 80% do total das vendas de agrotóxicos no país (IPARDES, 2013).

Apesar das subnotificações terem impacto no número real de casos, o Brasil é maior consumidor de agrotóxicos, componentes e afins, e o Paraná é o terceiro estado com maior consumo de agrotóxicos no país, com volume de 96,1 milhões de kg em 2011, sendo que neste mesmo ano, a taxa de notificações de intoxicação por agente tóxico no Estado foi de 6,99 por 100 mil habitantes, com predomínio dos agrotóxicos (IPARDES, 2013).

Por outro lado, o Paraná é o maior produtor de alimentos orgânicos do Brasil, além de ser o segundo com o maior número de propriedades certificadas para a produção de orgânicos. Entre os principais alimentos orgânicos produzidos no Estado estão as hortaliças, leite, soja, açúcar mascavo e até a cachaça orgânica.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Paraná tem hoje 1.966 propriedades que produzem alimentos orgânicos, ficando atrás somente do Rio Grande do Sul. A sua produção é de 130 mil toneladas de alimentos por ano.

Esse desempenho acontece porque o estado é o único do país que oferece um programa público de capacitação para os produtores e de certificação e auditoria da produção de alimentos orgânicos. Em quatro anos, foram quase 300 propriedades certificadas no estado.

De acordo com a Lei 10.831/2003, considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizan-

tes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

De acordo com a Unidade Gestora do Fundo Paraná, da SETI, o bom desempenho do Estado se deve, principalmente, ao Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCO), o único programa público no País a orientar e capacitar os produtores, auditar e certificar a produção de alimentos orgânicos. Só nos últimos três anos, foram mais de 200 propriedades certificadas pelo programa, em todas as regiões paranaenses. Outras 100 aguardam a chancela e serão contempladas na nova etapa do programa.

O PPCO envolve a SETI, por meio das Universidades Estaduais; o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), vinculado à Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento, e o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), que é o órgão certificador, que fazem parte do Programa de Extensão “Universidade Sem Fronteiras” da SETI / Unidade Gestora do Fundo Paraná – UGF.

O Programa de Extensão “Universidade Sem Fronteiras” tem como objetivo executar uma política de extensão nas instituições públicas e/ou privadas, priorizando o financiamento de projetos que serão executados em áreas consideradas estratégicas, privilegiando municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, bem como, os bolsões de pobreza das periferias das cidades paranaenses. Visa o desenvolvimento da extensão, articulada ao ensino e à pesquisa, da capacitação e da produção tecnológica, cultural e desenvolvimento social voltadas para a inovação e a melhoria da qualidade de vida da população paranaense, além de contribuir com o cumprimento da função social das Instituições de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, por meio de parcerias com a sociedade civil organizada, visando à implementação de políticas públicas voltadas ao seu desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Para que receba a certificação, a propriedade deve atender a uma série de normativas, que inclui a troca de agrotóxicos e insumos químicos por técnicas agroecológicas, a preservação dos ecossistemas, promoção do uso saudável do solo e da água e adotar critérios de comércio justo.

O programa é voltado para as pequenas propriedades, fortalecendo o trabalho da agricultura familiar. O modelo de produção orgânico está adaptado à realidade da agricultura familiar, que é extremamente importante econômica e socialmente no País.

Com a certificação, os agricultores familiares contam com o incentivo econômico, já que há uma valorização do produto orgânico, e também são habilitados para programas públicos, como a venda de alimentos para a alimentação escolar e para o Programa de Aquisição de Alimentos.

O Programa não só favorece o produtor como toda a população do Paraná, que tem a garantia de ter à mesa produtos de qualidade certificada, sem agrotóxicos, hormônios ou transgênicos.

O Paraná participa do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/MS e, em 2011, criou seu próprio programa denominado Programa Estadual de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA/PR. Os dois programas, no período de 2001 a 2013, coletaram e analisaram 1.876 amostras de alimentos hortifrutícolas, sendo que destas 452 (24,1%) estavam em desacordo por apresentarem resíduos não autorizados ou acima do permitido.

No que se refere às compras públicas para a agricultura familiar, a SEED destina no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações para a rede pública de ensino, conforme prevê a Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. A aquisição desses alimentos é feita por meio de Chamada Pública, com a participação de cooperativas e associações representantes dos agricultores familiares. De 2012 a 2015, a compra de alimentos para a refeição dos estudantes movimentou R\$ 531 milhões. Das 88 mil toneladas de gêneros alimentícios distribuídos nos últimos quatro anos, 39,77% foram produtos da agricultura familiar.

O Paraná alcançou na sua trajetória o reconhecimento nacional e internacional pelo uso de boas práticas agrícolas. O Estado também é destaque nacional na produção de alimentos e produtos agroindustrializados. A SEAB e EMATER em parceria com órgãos e instituições parceiras, lançou a Campanha “Plante seu futuro” em 2013, com a finalidade de estimular o Manejo Integrado de Pragas (MIP), reduzir o uso de agroquímicos nas lavouras em aproximada de 50% e capacitação de boas práticas agrícolas (BPA) no campo com uso de tecnologias que são desenvolvidas com profissionais e produtores rurais e visam proporcionar incremento da rentabilidade com preservação ambiental.

Conheça quais são as metas e ações propostas para o Desafio 3.

ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Órgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
3.1	Distribuir veículos e 105 kits para Centrais Municipais de Recebimento e Distribuição		nº municípios beneficiados	1. Adquirir e distribuir Kits de veículos, equipamentos e materiais de consumo para Centrais de Abastecimento Municipais que operacionalizam compras públicas; 2. Monitoramento das ações.	SEAB	MDS	PA 4258
3.2	Apoiar e financiar projetos técnicos de 30 Cooperativas e Associações de agricultores familiares – Mais Renda no Campo		nº projetos apoiados	1. Apoio técnico e financeiro para organizações da AF visando ampliar a oferta, diversificação, melhoria da qualidade e/ou agregação de valor dos produtos; 2. Estimular a estruturação das organizações da AF, a implantação das boas práticas, proteção de fontes, saneamento básico, transição agroecológica, diversificação da produção, entre outros.	SEAB		PA 4258

3.3	Apoiar e financiar projetos técnicos visando aumentar a competitividade dos agricultores familiares em 8 territórios, que envolvem a Região Central do Paraná e o Vale do Ribeira, de forma sustentável em nível ambiental, social e econômico – Pró-Rural.		nº projetos apoiados	<ol style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer a ATER, com a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares;</li> <li>Aumentar a produção e qualidade dos produtos para consumo e comercialização;</li> <li>Motivar e organizar conselhos e associações para fortalecimento das organizações;</li> <li>Ampliar as oportunidades de negócio sustentáveis, consolidando os sistemas e as cadeias produtivas existentes e diversificando as economias locais;</li> <li>Promover ações estruturantes (regularização fundiária e adequação de estradas rurais) necessárias à superação dos elementos restritivos ao sucesso dos investimentos comunitários e públicos.</li> </ol>	SEAB EMATER ITCG ATER	BIRD SESA SEED SEMA SEFA SEAP	
3.4	Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar para a alimentação escolar por Chamada Pública, em no mínimo 30% do valor repassado pelo governo federal.	41%	% de aquisição da AF	<ol style="list-style-type: none"> <li>Cumprimento da lei 11.947/2009 que preconiza 30% do recurso para aquisição de gêneros da Agricultura Familiar;</li> <li>Formação de preços para as Chamadas Públicas</li> <li>Controle de Qualidade</li> </ol>	SEED	FNDE SEAB EMATER	PA 4103 12368064.461
<b>AÇÃO RELACIONADA</b>							
3.5	Aquisição de alimentos orgânicos para a alimentação escolar.	17%	% de aquisição de orgânicos	<ol style="list-style-type: none"> <li>Cumprimento da lei 11.947/2009 que prioriza a aquisição de gêneros orgânicos;</li> <li>Formação de preços para as Chamadas Públicas</li> <li>Controle de Qualidade</li> </ol>	SEED	SEAB EMATER	PA 4103 12368064.461

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA						
METAS 2016-2019	Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
3.6		nº de imóveis regularizados	<ol style="list-style-type: none"> <li>Georreferenciamento dos imóveis;</li> <li>Cadastro de beneficiários;</li> <li>Entrega de mapas e memoriais descritivos.</li> <li>Ajuizamento das ações de usucapião</li> </ol>	ITCG	BIRD PM EMATER CMDRS Defensoria Pública PR Tribunal de Justiça PR	3034.0000

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA						
METAS 2016-2019	Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
3.7		nº de unidades implantadas	<ol style="list-style-type: none"> <li>Plantio em mutirões para agregar educação ambiental e solidária à atividade.</li> <li>Efetuar medições dendrométricas para obtenção de dados científicos.</li> <li>Implantação de análise econômica em discussão com empreendedor (via compensação ambiental)</li> <li>Está prevista a ampliação do projeto em discussão com Prefeitura e comunidade</li> </ol>	IAP	EMATER PM SEAB Puxirão dos Povos Faxinalenses	PA 4283

<sup>10</sup> A ação tem o objetivo de promover segurança e cidadania aos agricultores no que concerne ao direito de propriedade e acesso a benefícios dinamizadores da produção agrícola - Projeto integrante do Pró-Rural III.

<sup>11</sup> Trata-se de Projeto Piloto no Assentamento José Dias em Inácio Martins, na APA da Serra da Esperança.

PROTEÇÃO AMBIENTAL E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Ações 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
3.8	Proteção ambiental e produção de alimentos em 27 faxinais cadastrados como Aresur <sup>12</sup> , com repasse de ICMS Ecológico.		nº de unidades implantadas	1. Adaptação do Acordo Comunitário para isolamento de floresta em Criador Comunitário; 2. Plantio e acompanhamento das mudas/árvores; 3. Previsão de ampliação das áreas plantadas e dos faxinalenses participantes conforme aplicação dos recursos do ICMS Ecológico 4. Apoiar, incentivar e fomentar ações de planejamento e conservação ambiental nos faxinais, fortalecendo a organização comunitária e a produção de alimentos para autoconsumo e venda de excedentes, especialmente para PAAE PNAE.	IAP	PM EMATER SEAB Puxirão dos Povos Faxinalenses	PA 4283
3.9	Apoiar o enriquecimento florestal nos faxinais para produção e comercialização de erva mate, pinhão, mel e outras nativas <sup>13</sup> , no Faxinal 7 Saltos		Implantação no Faxinal 7 Saltos	1. Estimulo ao enriquecimento florestal e distribuição de mudas	IAP	PM EMATER SEAB Puxirão dos Povos Faxinalenses, UNICENTRO	PA 4294
3.10	Realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) <sup>14</sup>			1. Cadastramento dos faxinais como territórios tradicionais	IAP	EMATER FAEP FETRAF FETAEP Sindicatos Rurais OCEPAR/ Cooperativas INCRA PM	PA 4294
3.11	Realizar a Campanha <b>Plante seu Futuro</b> , para Conservação do Solo, incentivo ao uso de BPA e redução de agroquímicos nos municípios – Projeto			1. Fortalecer as tomadas de decisão pautadas em critérios técnicos e ampliando a utilização de práticas conservacionistas	SEAB EMATER	IAPAR CEASA FAEP FETAEP OCEPAR SENAR	

<sup>12</sup>Projeto implantado no Faxinal Taquari, no município de Rio Azul. Atualmente 11 faxinalenses aderiram ao projeto de enriquecimento da floresta para fins de geração de renda (erva-mate, polpa de frutas nativas e plantas medicinais) e reforço alimentar para os animais do criador.

<sup>13</sup>Proposta em funcionamento no Faxinal Saudade Santa Anita, em Turvo - 12 famílias beneficiadas com mudas de nativas (especialmente Araucária e erva-mate) e Faxinal Tijucu Preto - 20 famílias beneficiadas com mudas de nativas.

<sup>14</sup>O CAR está sendo feito por unidade coletiva (faxinal). Atualmente está em curso o cadastramento de 27 faxinais integrantes do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação. O IAP liberou recurso para iniciar o estudo e levantamento dos povos, que deverá compor o Edital de licitação para o cadastramento dos povos tradicionais, mas também irá receber recursos do BNDES. O cadastramento será importante para saber sobre a integração do gado, extração vegetal e florestas.

PROTEÇÃO AMBIENTAL E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS						
METAS 2016-2019	Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
3.12	Fomentar 85 projetos de extensão na área de agroecologia no Sub-programa Agricultura Familiar e Agroecologia do Programa Universidade sem Fronteiras <sup>15</sup> .	Nº de projetos de extensão implantados	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apoiar o atendimento às demandas de melhoria tecnológica nos processos produtivos da agricultura familiar e na produção agroecológica de alimentos e bens de consumo;</li> <li>2. Incentivar a organização de novos empreendimentos, por meio de adoção de tecnologias difundidas ou inovadoras, criando condições para geração de emprego e renda;</li> <li>3. Apoiar e fortalecer a promoção de agrossistemas sustentáveis;</li> <li>4. Capacitar agricultores na legislação orgânica ambiental e de processamento;</li> <li>5. Implementar e fortalecer a comercialização solidária de redes locais e regionais;</li> <li>6. Contemplar a conversão de sistemas de produção convencional para produção agroecológica, o apoio a sistemas de produção em funcionamento e a comercialização de produtos orgânicos;</li> <li>7. Fomentar a produção agroecológica para a ampliação de ofertas e produtos oriundos de sistemas de base agroecológica/orgânicos no Estado do Paraná;</li> <li>8. Implementar, potencializar e apoiar redes locais e regionais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, ampliando o número de unidades produtivas, área de produção agroecológica, aumento da viabilidade dos produtos ecológicos;</li> <li>9. Promover ações para adequação de propriedades às legislações/certificações relacionadas com agroecologia.</li> </ol>	SETI	PM EMATER SEAB Puxirão dos Povos Faxinalenses	PA 4283
3.13	Divulgar, apoiar e promover ações de ensino, pesquisa e extensão, voltados ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis, baseado nos preceitos de ciência agroecológica.	nº de projetos de extensão implantados	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promoção da Agroecologia junto a agricultores, técnicos, estudantes e consumidores;</li> <li>2. Pesquisa de sistemas silvipastoris com o bambu em parceria com a UTFPR;</li> <li>3. Cursos, visitas técnicas, oficinas, palestras;</li> <li>4. Parceria com a UFPR em curso destinado à nutricionistas de todo o Paraná;</li> <li>5. Curso de Homeopatia na Agricultura;</li> <li>6. Pesquisa em Produção de Leite em bases agroecológicas (UFSC);</li> <li>7. Participação no PPCPO (programa de promoção da certificação orgânica).</li> </ol>	SEAB CPRA	SEAB SETI EMATER SENAR IAPAR UFPR UTFPR/ Dois Vizinhos, IES UFSC AOPA	

<sup>15</sup>O Programa "Universidade Sem Fronteiras" (USF) tem por objetivo executar uma política de extensão nas instituições públicas e/ou privadas, sem fins lucrativos que praticam a disseminação de conhecimentos via projetos de extensão, priorizando o financiamento de projetos que serão executados em áreas consideradas estratégicas, ou seja, aquelas que privilegiam os municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, bem como, os bolsões de pobreza das periferias das cidades paranaenses. O Programa pretende contribuir com o cumprimento da função social das Instituições de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, por meio de parcerias com a sociedade civil organizada, visando à implementação de políticas públicas voltadas ao seu desenvolvimento socioeconômico e cultural.

#### **DESAFIO 4 – PROMOVER O ABASTECIMENTO E O ACESSO REGULAR E PERMANENTE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL**

Para garantir o abastecimento de alimentação adequada, ADAPAR, SESA, SEAB, CEASA, CODAPAR, SESP, SEJU, além da SEED (já citada no desafio 6.1), mantém atividades neste campo específico.

A ADAPAR trabalha com fiscalizações volantes para o trânsito intraestadual, monitoramento nos postos fiscais de trânsito agropecuário, monitoramento e certificação dos estabelecimentos, bem como na prevenção e controle de doenças infecto contagiosas com o objetivo de mitigar ou eliminar a difusão de enfermidades no Estado do Paraná.

A Centrais de Abastecimento do Paraná – CEASA é composta por 5 unidades atacadistas, estrategicamente localizadas em Curitiba, Maringá, Foz do Iguaçu, Londrina e Cascavel, concentra-se a comercialização de hortigranjeiros a nível de atacado, que é realizada pelos comerciantes, atacadistas e produtores rurais que operam em suas instalações.

Nas 5 unidades da CEASA, operam 666 empresas atacadistas e 5.391 produtores rurais que comercializaram, em 2012, 1.083.867,3 toneladas de hortigranjeiros. Em sua estrutura, circulam cerca de 8.100 veículos e 23 mil pessoas diariamente, entre atacadistas, produtores rurais, trabalhadores autônomos e de outros segmentos, gerando mais de 23 mil empregos diretos e 70 mil indiretos.

A CEASA recebe e distribui gêneros alimentícios de 327 municípios do Paraná, de 1.308 municípios localizados em 21 estados brasileiros, além de produtos advindos de 10 países. Evidencia-se, desta forma, o papel estratégico que desempenha no abastecimento do sistema agroalimentar e, em especial, nas cadeias produtivas de frutas e hortaliças, contribuindo de forma efetiva para a política de segurança alimentar e para o desenvolvimento de emprego e renda na economia paranaense.

A SESA monitora a qualidade dos produtos cárneos e lácteos com Serviço de Inspeção Municipal comercializados no varejo, monitora resíduos de agrotóxicos em amostras de alimentos hortícolas, bem como a qualidade do leite pasteurizado integral entregue para os beneficiários do Programa Leite das Crianças (PLC).

Para a avaliação das condicionalidades do Programa Leite das Crianças (PLC), a SESA, realiza o monitoramento das crianças beneficiárias por meio do sistema informatizado SISVAN.

O fornecimento de alimentação aos apenados e também aos agentes públicos, no caso das Unidades do DEPEN, é realizado de modo terceirizado e transportada em função de falta de estrutura que garanta a segurança dos comensais e de toda a Unidade Penal. São fornecidas normalmente 4 refeições diárias (desjejum, almoço, jantar e lanche noturno), preparadas de acordo com os cardápios previamente aprovados pelo setor de nutrição. Para a Creche da Penitenciária Feminina e para dietas especiais do Complexo Médico Penal são disponibilizadas

de 5 a 6 refeições/dia.

A fiscalização é realizada pelo DEPEN e pelas Unidades Penais através da Direção e Comissão de recebimento de alimentos, onde é realizado diariamente o controle de quantidade e qualidade da alimentação recebida, de acordo com os contratos pré-estabelecidos.

O sistema informatizado de refeições, utilizado pelo Setor de Nutrição do DEPEN e Unidades Penais, controla a previsão e pedidos de refeições, controles de número de refeições fornecidas e valores financeiros, assim como são registrados os controles de horário, temperatura e pesagem das amostras.

Os apenados das Cadeias Públicas recebem 03 (três) refeições diárias, sendo desjejum, almoço e jantar, não sendo previsto alimentação para servidores ou dietas especiais. A fiscalização ocorre no recebimento do alimento pelo plantonista do Setor de Carceragem Transitória (SECAT) ou Unidade Policial.

A SEJU provê o fornecimento de 4 refeições diárias aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e servidores do sistema. As refeições principais (almoço e jantar) são compostas por porção proteica, arroz, feijão, dois complementos, duas variedades de saladas e sobremesa ou fruta.

A fiscalização das refeições realizadas pelos diretores das unidades e supervisão de nutricionista da SEJU. O controle das refeições servidas/recebidas/dia é realizado com a utilização de sistema informatizado.

Com a expansão da agricultura no Estado, o setor passou a demandar melhores estradas, maquinário agrícola e sementes de qualidade. Para atender esta demanda a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR) passou a atuar com mecanização agrícola, preservação, beneficiamento e industrialização da produção agrícola, aquisição e venda de insumos e implementos agrícolas. A CODAPAR tem como missão, a melhoria da infraestrutura rural através da execução de projetos de conservação de solos e a adequação de estradas rurais permitindo uma produção ambientalmente correta e sustentável, além do escoamento seguro das safras. Sua rede de armazéns, estrategicamente distribuídos junto às principais zonas produtoras, permite o armazenamento da produção.

Conheça quais são as metas e ações propostas para o Desafio 4.

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAN							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Ações 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
4.1	Apoiar e financiar a estruturação de 5 Restau-rantes Populares	20 unidades	nº de RPs implantados e/ou modernizados	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Apoio técnico e financeiro para municípios com mais de 80 mil habitantes, com financiamento da em construção e/ou reforma, aquisição de equipamentos e materiais de consumo;</li> <li>2. Monitoramento do funcionamento;</li> <li>3. Acompanhamento da Prestação de Contas</li> </ol>	SEAB	PRED PM	PA 4258
4.2	Implantação e /ou Modernização de 5 Cozinhas e Hortas Comunitárias		nº unidades beneficiadas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Apoio técnico e financeiro para municípios de médio porte, investindo em materiais permanentes e de consumo;</li> <li>2. Monitoramento do funcionamento;</li> <li>3. Acompanhamento da Prestação de Contas</li> </ol>	SEAB	PM	PA 4258
4.3	Modernizar 5 Bancos Estaduais de Alimentos.	5	nº unidades beneficiadas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Equipar 5 unidades dos Bancos de Alimentos (Curitiba, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá e Londrina);</li> <li>2. Criar estoque regulador de alimentos minimamente processados;</li> <li>3. Ampliar o suprimento alimentar complementar da população em situação de NSAN;</li> <li>4. Atender vítimas de emergências e calamidades públicas;</li> <li>5. Combater o desperdício.</li> </ol>	CEASA SEAB	PM	

GARANTIA DE ACESSO REGULAR E PERMANENTE							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Acões 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
4.4	Fornecer refeições aos detentos das Unidades Policiais	11.820 detentos	nº de refeições	1.Fornecimento de 3 refeições/dia aos detentos das Unidades Policiais; 2.Contratação de empresas fornecedoras de alimentação; 3.Fiscalização da qualidade das refeições servidas.	SESP/ POLÍCIA CIVIL	PRED PM	3390.39
4.5	Fornecer alimentação às Unidades da Corporação <sup>16</sup> , em especial nos Batalhões, na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) e no Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPM).	36 Unidades	Número de Unidades beneficiadas	1.Fornecimento de alimentação aos Policiais militares de serviço, alunos dos cursos da academia, pacientes do Hospital da Polícia Militar, presos recolhidos à organização da PMPR e também civis que prestam serviços nas Organizações Policiais Militares.	SESP PMPR	FASPM	PA 4075,4069, 4070, 4071,4072, 4085,4086, 4087,4088, 4376,4073 e 4074
4.6	Fornecer refeições aos adolescentes do Sistema Socioeducativo	27 unidades	nº de unidades	1.Fornecimento de 3 refeições /dia para cerca de 4.000 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas; 2.Fornecimento de dietas especiais de acordo com prescrição de nutricionista ou médico; 3.Contratação de empresas fornecedoras nos municípios em que a SEJU possui unidades socioeducativas; 4.Fiscalização da qualidade da alimentação.	SEJU	PM	PA 4378. 33903041
4.7	Fornecer alimentação às 31 unidades penais do Departamento Penitenciário	31 unidades	nº de unidades	1.Fornecimento de alimentação aos apenados (as), aos filhos de apenadas e agentes públicos do Sistema Penitenciário.	SESP		PA 4383 3390.3041

<sup>16</sup>O sistema de fornecimento de alimentação da Polícia Militar é baseado em Compras de gêneros alimentícios pelo Gestão de Materiais e Serviços (GMS), principalmente através de Contratos com fornecedores e Sistema de Registro de Preços. De acordo com o Decreto Estadual nº 7.339, de 08 de junho de 2010, atribui-se à Diretoria de Saúde (DS) e aprovacionadores, as incumbências: i - Orientar a nutrição e dieta dos ranchos da Corporação; ii-- Elaborar cardápio mensal; e iii-- Dirigir o serviço, zelando pela qualidade e pelos aspectos nutricionais das refeições.

GARANTIA DE ACESSO REGULAR E PERMANENTE							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
4.8	Promover e aprimorar os canais de comercialização e distribuição para melhorar o acesso aos produtos da agricultura paranaense de forma que haja segurança alimentar e nutricional aos consumidores; e promover o desenvolvimento econômico do Estado por meio da conquista de novos mercados nacionais e internacionais.			<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Implementação da Rotulagem em hortifrutigranjeiros;</li> <li>2. Aumento na fiscalização, número de amostras coletadas, com objetivo de educar produtores para que façam o uso correto de agrotóxicos;</li> <li>3.Ações conjuntas com a VISA;</li> <li>4.Reuniões de conscientização de permissionários e agricultores sobre a importância da rotulagem.</li> </ol>	CEASA	MAPA MP SESA Permissionários Produtores Rurais	
4.9	Monitorar a qualidade dos Produtos Carneos e Lácteos com Serviço de Inspeção Municipal comercializados no varejo		nº de análises realizadas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Coleta de alimentos para análises microbiológicas, físico- químicas e de rotulagem para avaliação dos padrões de identidade e qualidade dos produtos;</li> <li>2.Encaminhamento aos serviços de inspeção os laudos com resultados insatisfatórios para a adoção de medidas de correção;</li> <li>3.Não ocorrendo a adoção de medidas corretivas, o laudo insatisfatório é encaminhado ao Ministério Público.</li> </ol>	SESA	SMS MP CRMV	
4.10	Monitorar resíduos de agrotóxicos em amostras de alimentos hortícolas – PARA-PR		nº de análises realizadas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Coleta de amostras definidas pelo Plano de Amostragem e colaboração na execução das ações fiscais quando da instauração de processos administrativos, no caso de resíduos de agrotóxicos não autorizados ou acima dos limites;</li> <li>2.Monitoramento da qualidade dos hortícolas comercializados pela CEASA com relação a resíduos de agrotóxicos;</li> <li>3.Reunião do GT PARA-PR para capacitação das VISAs para coletas de amostras, sobre a problemática da contaminação de alimentos por resíduos de agrotóxicos e sobre rastreabilidade de alimentos hortícolas;</li> <li>4.Coleta de gêneros provenientes da AF no Programa Estadual de Alimentação Escolar, de acordo com plano de amostragem. NREs participantes do projeto: Curitiba, AMN, AMS, Pato Branco e Maringá.</li> </ol>	SESA	SMS MP CRMV SEED CEASA	

<sup>17</sup>Bicos, chupetas e mamadeiras - NBCAL

GARANTIA DE ACESSO REGULAR E PERMANENTE							
METAS 2016-2019	Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias	
4.11	Retomar o Programa Estadual de Resíduos de Medicamentos Veterinários de origem animal – PAMvet			1.Revisão da metodologia e proposta de novas ações	SESA	SMS MP Universidades Estaduais SEAB/ ADAPAR EMATER	
4.12	Monitorar a qualidade do leite pasteurizado integral entregue nas escolas estaduais e monitorar o estado nutricional da população-alvo do Programa, para a avaliação clínica e nutricional –Programa Leite das Crianças (PLC)	nº de análises realizadas  nº de crianças avaliadas	1.Avaliação clínica e nutricional das crianças, conforme rotina de acompanhamento preconizada na Carteira da Criança da Rede Mãe Paranaense;  2.Programação das coletas para análises microbiológicas e físico-químicas no LACEN e para os laboratórios regionais;  3.Elaboração de planilha com resultados laboratoriais;  4.Envio dos resultados em desconformidade à coordenação do Programa e aos Serviços de Inspeção responsáveis para as medidas cabíveis junto à usina;  5.Monitoramento das inspeções realizadas nos pontos de distribuição e veículos de transporte realizadas pelas vigilâncias sanitárias locais;  6.Educação Sanitária de boas práticas aos manipuladores que entregam o leite pasteurizado.				

GARANTIA DE ACESSO REGULAR E PERMANENTE						
METAS 2016-2019	Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
4.13	Aprimorar e promover a Sanidade na Agricultura	nº de orientações, fiscalizações, palestras, reuniões destinados à educação sanitária	1.Realizar ações fiscalizatórias da vigilância epidemiológica das enfermidades animais e pragas vegetais, para minimizar riscos para a saúde pública e garantir o padrão de qualidade dos alimentos de origem da agropecuária paranaense;  2. Realizar Educação Sanitária;  3.Vigilância e Fiscalização em propriedades, comerciantes e indústrias e em relação à BPP de produtos de origem animal em empresas sob inspeção do SIP;  4.Monitoramento de pragas e doenças.	ADAPAR	PMs Sindicatos rurais Associações de Produtores	
4.14	Elaboração e Publicação de Resolução Estadual para escolas de ensino fundamental, médio e profissionalizante com ênfase na área de alimentação (cozinha, cantina, copa)	Publicação de Resolução	1.Estabelecimento de normas e boas práticas para instalação e funcionamento de estabelecimentos de ensino fundamental, médio e profissionalizante.	SESA	SMS SEED Escolas públicas e privadas	
4.15	Controle da qualidade laboratorial dos gêneros alimentícios encaminhados às escolas estaduais pelo PEAE, em 100% dos lotes adquiridos	nº de análises realizadas	1.Inspeção dos produtos;  2.Coleta de amostras para a realização de ensaios físico-químicos, sensoriais, microbiológicos e microscópicos	SEED	TECPAR	PA 4103. 12368064.461 Fonte: 100

## **DESAFIO 5 – PROMOVER E PROTEGER A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, INCLUSIVE COM MEDIDAS REGULATÓRIAS**

As ações de Promoção da Saúde são realizadas de forma intersetorial e articuladas com outras políticas públicas, considerando a participação social, em virtude da impossibilidade de que o setor sanitário responda sozinho ao enfrentamento dos determinantes e condicionantes da saúde. A participação social é estratégia fundamental para a promoção da saúde dos indivíduos e das coletividades humanas, pois resgata a capacidade do cidadão de refletir e atuar sobre sua saúde e de sua comunidade, e ainda permite à gestão do sistema de saúde executar ações com base nas reais necessidades da população.

O Programa Saúde na Escola – PSE é uma política intersetorial entre Saúde e Educação, instituída em 2007, pelo Decreto Presidencial nº 6.286/2007. Tem como finalidade contribuir com o processo de educação em saúde para escolares da rede pública. Para tanto ocorre uma parceria entre unidades de saúde e escolas que estão no mesmo território e trabalham de forma articulada. No ciclo 2014/2015, 360 municípios aderiram ao Programa, representando 90% dos municípios paranaenses, enquanto a adesão no Brasil foi de 86%.

A SESA tem estimulado a implantação de Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF nos municípios. Em 2015, o Paraná contava com 251 equipes implantadas em 200 municípios. O NASF é constituído por profissionais de diferentes áreas de conhecimento e visa apoiar a Atenção Básica à Saúde e a Estratégia de Saúde da Família, por meio do planejamento conjunto entre os profissionais do NASF e os profissionais das equipes apoiadas, compartilhando práticas, saberes e auxiliando no manejo ou resolução de problemas clínicos e sanitários. A partir das demandas identificadas a atuação dos profissionais do NASF se dá nas UAPS, nas comunidades e nos domicílios, e também de forma integrada às Redes de Atenção à Saúde e de proteção social (PARANÁ, 2016).

Desde 2011, o SUS promove a implantação de Polos da Academia da Saúde (PAS) nos municípios brasileiros. Os polos são espaços físicos dotados de equipamentos, estrutura e profissionais qualificados, com o objetivo de contribuir para a produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população. O Estado apoia a implantação dos PAS nos municípios, por serem um importante espaço público para o desenvolvimento das ações e cuidados em saúde, reconhecendo o território e a comunidade como fundamentais à articulação dos determinantes sociais da saúde a partir da realidade local. Em 2015, estavam habilitados no Paraná 224 polos (PARANÁ, 2016).

Segundo o Plano Estadual de Saúde 2016-2019 (PES), as ações de alimentação e nutrição perpassam os três níveis de atenção à saúde, ou seja, estão organizadas nos diversos pontos de atenção à saúde das redes e estimulam a adoção de hábitos saudáveis, a educação alimentar e nutricional e o aleitamento materno. Os riscos nutricionais permeiam todo o ciclo de vida, assumindo diferentes configurações epidemiológicas em função do processo saúde – adoecimento da população. A segurança alimentar e nutricional é requisito fundamental à afirmação plena de

desenvolvimento físico, mental e social dos indivíduos.

A Estratégia Amamenta Alimenta Brasil (EAAB) tem como objetivo qualificar as ações de promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos de idade e aprimorar as competências e habilidades dos profissionais de saúde para a promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar como atividade de rotina das Unidades Básicas de Saúde (UBS). A meta desta estratégia é certificar as UBS, capacitando os profissionais de saúde para a mudança de processo de trabalho (PARANÁ, 2016).

A publicação de Instrução Normativa pela SEED objetiva instruir os Núcleos Regionais de Educação e estabelecimentos da rede estadual sobre a normatização e execução adequada do PEAE, visando promover e proteger a alimentação adequada dos escolares.

Conheça quais são as metas e ações propostas para o Desafio 5.

PROMOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS						
METAS 2016-2019	Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
5.1	Orientar 8.500 pessoas sobre boas práticas de produção dos produtos da agroindústria	nº de pessoas atendidas	1. Apresentar normatização, e BPP na produção de produtos da agroindústria por meio de oficinas, palestras e orientações individualizadas.	EMATER		

MEDIDAS REGULATÓRIAS						
METAS 2016-2019	Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
5.2	Normalização das Boas Práticas de Fabricação de alimentos processados pelo Empreendimento Familiar Rural e seu licenciamento sanitário	Publicação de Resolução	1. Estabelecer normas para fiscalização pela VISA no empreendimento familiar rural, que sejam produtores de alimentos destinados ao consumo humano.	SESA	SMS SMA EMATER SEBRAE	
5.3	Implantar Monitoramento Estadual de alimentos produzidos pelo Empreendimento Familiar Rural entregues ao PEAE	Implantação de Monitoramento	1. Coleta de alimentos para análises microbiológicas, físico-químicas e de rotulagem para avaliação dos PIQs dos produtos produzidos pelo EFR como produtos de pastifícios, panificação, conservas vegetais, geleias e outros; 2. Coleta de amostras dos produtos adquiridos pelo PEAE para a alimentação escolar, utilizando o critério de risco sanitário; 3. Acompanhamento dos resultados e encaminhamento dos laudos em desconformidade às VISAs locais para adoção das medidas cabíveis para correção.	SESA	SMS	
5.4	Elaboração e Publicação de Resolução Estadual para Serviços de Lactário	Publicação de Resolução	1. Estabelecer normas e boas práticas para funcionamento dos serviços de lactário	SESA	VISAs Municipais	
5.5	Elaboração e Publicação de Resolução Estadual para Serviços de Banco de Leite Humano	Publicação de Resolução	1. Estabelecer normas e boas práticas para funcionamento para serviços de Banco de Leite Humano	SESA	VISAs Municipais Técnicos dos BLH	
5.6	Elaboração e Publicação de Resolução Estadual para Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Publicação de Resolução	1. Dispor sobre ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos Ambientes de Trabalho, a serem adotadas como referência nas ações de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho no âmbito das unidades da SESA e vinculadas.	SESA	Vinculadas da SESA	

MEDIDAS REGULATÓRIAS						
METAS 2016-2019	Linha de Base	Indicador	Ações 2016-2019	Órgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
5.7	Elaboração e Publicação de Resolução Estadual para Promoção da Saúde	Publicação de Resolução	1. Instituir a Política de Promoção da Saúde no Estado do Paraná e as estratégias para sua implementação.	SESA	Vinculadas da SESA SMS Sociedade Civil Organizada Secretarias de Estado CESs CMSs Conselhos de Classe	
5.8	Monitoramento da Rotulagem de Produtos Hortícolas (Resolução nº 748/2014)	nº de ações realizadas	1. Realização de controle de qualidade laboratorial físico-químico, microbiológica, nutricional e sensorial, e dos resíduos de agrotóxicos nos gêneros alimentícios; 2. Sensibilização dos agentes da cadeia produtiva e as VISAs Municipais, com realização de palestras, oficinas, videoconferências e produção de material orientativo.	SESA SEAB	SMS CEASA MP	
5.9	Elaboração de Nota Técnica de procedimentos para fiscalização da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de 1ª Infância <sup>17</sup>	Elaboração de Nota Técnica	1. Monitoramento das atividades desenvolvidas; 2. Capacitação para técnicos das VISAs regionais e municipais.	SESA	VISAs Municipais e Regionais	
5.10	Regular e supervisionar a lei da Cantina Saudável	Regulamentação e nº de supervisões realizadas	1. Elaboração da Resolução para regular os serviços fornecidos pelas cantinas comerciais das escolas estaduais. 2. Revisão bibliográfica para respaldar encaminhamentos metodológicos da regulamentação de BP nas ações de servimento das cantinas comerciais; 3. Monitoramento das atividades desenvolvidas; 4. Capacitação para técnicos das VISAs regionais e municipais	SEED	ALEP SESA VISAs Municipais	
5.11	Atualização e Publicação de Instrução Normativa para execução do PEA	Publicação de Instrução Normativa	1. Instruir os Núcleos Regionais de Educação e Instituições de Ensino sobre a normatização e execução do Programa Estadual de Alimentação Escolar.	SEED	NREs Escolas	

<sup>17</sup>Bicos, chupetas e mamadeiras - NBCA

## DESAFIO 6 – PROMOVER A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

“Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar.” (BRASIL, 2012)

As ações de EAN são fundamentais para a promoção da alimentação saudável e para controle de DCNT, como obesidade, diabetes mellitus, hipertensão, entre outras, e melhoria da qualidade de vida da população.

Devido a sua importância para a garantia do DHAA, foi incluída no presente plano, como um Desafio Específico a ser realizado. Várias estruturas desenvolvem ações de EAN no Estado, entre elas: CAISAN, SEAB, SESA, SEED e EMATER.

A CAISAN fará a produção e distribuição de cartilha para divulgar orientações do Guia Alimentar para a População Brasileira e estimular escolhas alimentares saudáveis.

A SEAB, conforme apresentado no Desafio 6.4 estará estimulando a estruturação de equipamentos públicos de SAN. A ampliação e a estruturação de rede de restaurantes populares e cozinhas comunitária apresenta os seguintes objetivos: i- contribuir para a melhoria das condições de saúde, através de uma alimentação saudável; ii- melhorar a qualidade da alimentação fora do domicílio, iii- contribuir para a formação de sistemas de produção e proteção alimentar; iv- Promover ações de educação alimentar voltadas à segurança nutricional, preservação e resgate da cultura gastronômica, combate ao desperdício e promoção da saúde. A SEAB, incluiu ainda entre suas ações, a produção de diversos materiais de EAN para públicos específicos e diagnóstico de SAN no Estado.

A SESA realiza formação continuada para as ações de alimentação e nutrição para profissionais do SUS e produzirá materiais técnicos de promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudável. Uma das grandes ações da SESA nesta área, que possui interface com o Desafio 6.7, é a realização da Vigilância Alimentar e Nutricional, em parceria com o MS e Municípios. O SISVAN é um importante instrumento de apoio às ações de promoção da saúde visando aumentar a qualidade da assistência à população.

A SEED realiza: i- o monitoramento nutricional dos alunos, por censo, desde 2010; ii- levantamento de alunos portadores de necessidades alimentares especiais; iii- formação continuada para manipuladores de alimentos, professores e diretores; iv- disponibiliza grande diversificação de alimentos na AE; v- realiza o projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia no Paraná, entre outros.

Conheça quais são as metas e ações propostas para o Desafio 6.

MEDIDAS REGULATÓRIAS							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Ações 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
6.1	Produzir e distribuir 9.000 cartilhas de EAN		nº de cartilhas distribuídas	1. Produção e distribuição de cartilhas com o objetivo de divulgar princípios de EAN e estimular escolhas alimentares saudáveis para utilização em ações de educação, promoção e prevenção em saúde para profissionais e comunidade.	SEAB	MDS CAISAN	
6.2	Produzir e distribuir 10.000 folders sobre EAN para crianças		nº de folders distribuídos	1. Produção e distribuição de cartilhas com o objetivo de divulgar princípios de EAN e estimular escolhas alimentares saudáveis na alimentação para crianças.	SEAB	MDS CAISAN	
6.3	Produzir e distribuir 10.000 folders sobre EAN para adultos		nº de folders distribuídos	1. Produção e distribuição de cartilhas com o objetivo de divulgar princípios de EAN e estimular escolhas alimentares saudáveis para a população adulta.	SEAB	MDS CAISAN	
6.4	Produzir e distribuir do caderno – Diagnóstico de SAN no Estado.		nº de cadernos distribuídos	1. Produção e distribuição de cadernos com o diagnóstico de SAN no Estado.	SEAD	MDS CAISAN	
6.5	Produzir e distribuir materiais técnicos de promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudável.		nº de materiais produzidos	1. Elaboração e distribuição de materiais técnicos e de orientação sobre práticas alimentares e estilos de vida saudáveis para utilização em ações de educação, promoção e prevenção em saúde para profissionais e comunidade.	SESA		
6.6	Realizar Formação Continuada em Boas Práticas na Manipulação de Alimentos para 8.000 profissionais (agentes educacionais I e II das escolas estaduais).		nº de profissionais capacitados	1. Fomatação do curso em linguagem EaD; 2. Capacitar agentes educacionais responsáveis pela execução do PEA E para a promoção da alimentação saudável e segura para os alunos da rede estadual; 3. Gravação de vídeos dos 11 POPs referentes às boas práticas na manipulação de alimentos.	SEED		
6.7	Realização de Educação alimentar e nutricional – Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia no Paraná <sup>18</sup>	26 escolas	nº de estudantes atendidos	1. Seleção de escolas; 2. Implantação de hortas escolares; 3. Realização das atividades de EAN, gastronomia e educação ambiental; 4. Monitoramento das atividades realizadas e resultados alcançados.	SEED	EMATER	
6.8	Formação continuada para as ações de alimentação e nutrição para profissionais do SUS		nº de capacitações realizadas	1. Qualificar profissionais do SUS para desenvolvimento das ações de alimentação e nutrição: promoção do aleitamento materno e alimentação complementar saudável, vigilância alimentar e nutricional, suplementação de micronutrientes, suplementação de vitamina A, bolsa família	SESA	SMS	
6.9	Promover ações de educação alimentar para 8.500 pessoas		nº pessoas beneficiadas	1. Realização de atividades de EAN e educação ambiental	EMATER		

<sup>18</sup>Diferentes disciplinas utilizam os recursos de horta, gastronomia e sustentabilidade para promover ações de EAN.

## **DESAFIO 7 – CONTROLAR E PREVENIR OS AGRAVOS DECORRENTES DA MÁ ALIMENTAÇÃO**

A prevenção e o controle dos agravos nutricionais requerem um conjunto amplo de ações de diversos setores. No âmbito estadual, SESA, Fundação Araucária, SEED e SESP, entre outros, trabalham no enfrentamento da complexa situação alimentar e nutricional da população paranaense.

A vigilância alimentar e nutricional (VAN) destaca-se dentre as nove diretrizes da PNAN e constitui-se como estratégia essencial para a atenção nutricional no SUS, ou seja, para organização e gestão dos cuidados em alimentação e nutrição na Rede de Atenção à Saúde. Na perspectiva de integração entre os sistemas de informação, deve-se reconhecer o papel da em proporcionar o diagnóstico local e oportuno dos agravos alimentares e nutricionais, bem como a identificação de fatores de risco ou proteção, tais como o aleitamento materno e a introdução da alimentação complementar, que possibilitaram a constante avaliação e organização da atenção nutricional no SUS, identificando prioridades de acordo com o perfil alimentar e nutricional da população assistida (PARANÁ, 2016).

A escola, por sua vez, é um espaço de direito e de possibilidades de promoção à saúde. Desta forma, o Programa Saúde na Escola (PSE) utiliza os dados antropométricos para realizar a promoção da atenção primária à saúde no que diz respeito a doenças crônicas não-transmissíveis e constitui uma estratégia para a integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, envolvendo inter-setorialmente as equipes de atenção básica, equipes de saúde da família e da educação básica pública. O programa, de competência da SESA e SEED, visa contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, incluindo, assim, a questão da saúde dos adolescentes, a prática de atividades físicas, os cuidados com a alimentação e nutrição, entre outros.

O Programa Melhoria da Saúde Materno Infantil atende as Unidades da Penitenciária Feminina do Paraná e do Complexo Médico Penal com acompanhamento médico, orientação para o aleitamento materno, avaliação nutricional dos lactentes. É realizada a suplementação de ácido fólico e sulfato ferroso e adequação da dieta alimentar para as necessidades nutricionais da gestação.

Conheça quais são as metas e ações propostas para o desafio 7.

<b>CONTROLE E PREVENÇÃO DE AGRAVOS RELACIONADOS À ALIMENTAÇÃO</b>							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Ações 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
7.1	Monitoramento da situação alimentar e nutricional- SISVAN		% dos municípios que realizam o registro	1. Monitoramento da situação alimentar e nutricional dos usuários da rede do SUS por meio dos relatórios consolidados do SISVAN; 2. Assessoramento, orientação e apoio técnico-operacional às equipes regionais e municipais de saúde.	SESA	MS SMS	
7.2	Ações de Prevenção e Controle de Carências Nutricionais através da adesão dos municípios ao PNSVA e NutriSUS		nº de municípios com adesão	1. Monitorar, assessorar, capacitar e realizar apoio técnico às equipes regionais e municipais de saúde para a execução dos Programas Nacionais de Suplementação de Vitamina A e de Micronutrientes (NutriSUS)	SESA	MS SMS SME	
7.3	Ações ao Programa Saúde na Escola – PSE		nº de municípios com adesão	1. Assessoramento, orientação e apoio técnico-operacional às equipes regionais e municipais de saúde relacionadas à adesão dos municípios através do sistema e-Gestor para realização de 12 ações, sendo uma delas "Promoção de alimentação saudável e prevenção de obesidade infantil".	SESA SEED	MS SMS SME	
7.4	Estruturação da Linha de Cuidado do Sobrepeso e Obesidade		Estruturação da Linha de cuidado	1. Estruturar Linha de Cuidado para controle, tratamento e prevenção do sobrepeso e da obesidade.	SESA	SMS	
7.5	Monitoramento anual do Estado Nutricional e das Necessidades Alimentares Especiais em 100% dos Alunos	100%	% de alunos monitorados	1. Monitoramento dos dados antropométricos dos escolares da rede estadual e das Necessidades Alimentares Especiais – NAE	SESA	SMS	
<b>AÇÃO RELACIONADA</b>							
7.6	Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde: Gestão Compartilhada em Saúde – PPSUS		nº de pesquisas realizadas	1. O escopo geral do Programa é apoiar financeiramente o desenvolvimento de pesquisas que visem contribuir para resolução dos problemas prioritários de saúde da população brasileira e para o fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).	FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA	SETI MS CNPq SESA	R\$ 5.000.000,00
7.7	Atender gestantes e lactentes das Unidades PFP e CMP – Programa de melhoria da Saúde Materno infantil		nº de atendimentos	1. Suplementação de ácido fólico e sulfato ferroso, e adequação da dieta alimentar para as necessidades nutricionais da gestação; 2. Atendimento médico e orientação para o aleitamento materno e avaliação nutricional dos lactentes na Penitenciária Feminina do Paraná – PFP.	SESP DEPEN	Rede Marista PFP e CMP	PA 4383

## **DESAFIO 8 – AMPLIAR A DISPONIBILIDADE HÍDRICA E O ACESSO À ÁGUA PARA A POPULAÇÃO, EM ESPECIAL A POPULAÇÃO POBRE NO MEIO RURAL**

Os dados aqui apresentados são provenientes do estudo “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná” (IPARDES, 2013). Estão relacionados à Dimensão Gestão e Saneamento/Serviços de Saneamento (Abastecimento de Água, Coleta de Lixo, Destino dos Resíduos Sólidos e Esgotamento Sanitário).

No Paraná, o Censo Demográfico 2010 apontou que 1.155.534 domicílios particulares permanentes (35%) não recebiam atendimento sanitário, evidenciando um elevado déficit para esse tipo de serviço no Estado. Este valor está acima da média nacional (32,9%) e da Região Sul do Brasil (28,9%). Outro fato a ser destacado é que, no Estado, 212 municípios apresentam mais de 70% de seus domicílios sem acesso ao esgotamento sanitário e, destes, seis municípios apresentam valores acima de 99% de domicílios não atendidos: Boa Esperança, Jundiá do Sul, Marumbi, Inajá, São Pedro do Paraná e Tamboara.

Apesar de o abastecimento de água nas áreas urbanas do Paraná apresentar uma média de 97,7% de domicílios ligados à rede de água, a média geral do Estado é consideravelmente mais baixa (88,1%), devido ao uso de poços e nascentes nas áreas rurais (70,2%). Esta média geral do Estado apresenta-se mais alta que a da Região Sul (85,5%) e do Brasil (82,8%).

Em pelo menos 28 municípios paranaenses o acesso de domicílios à rede de abastecimento de água é menor que 50% e, destes, 15 municípios se encontram ao centro do Estado.

Outros nove municípios que possuem menos de 50% de domicílios com acesso à rede geral estão localizados nas porções do médio e baixo Iguaçu. Destaque também deve ser dado aos municípios de Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses, que apresentam menos de 50% dos domicílios sem acesso à rede de água; este último com apenas 35% de acesso. Todos eles situam-se na divisa com o Estado de São Paulo.

Em continuidade à análise de Indicadores Ambientais e de Infraestrutura, destaca-se a questão da qualidade da água. A Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA) é uma atribuição do Setor Saúde dentro do Sistema Único de Saúde – SUS. Desde 1977, o Ministério da Saúde estabelece diretrizes e estratégias para a identificação de fatores de riscos à saúde associados à água, determinando responsabilidades para tomada de decisão (PARANÁ, 2016).

No Paraná, o VIGIAGUA está implantado em todos os municípios, e somente em 24 municípios (6%) as ações não vêm sendo desenvolvidas. Em 2013, o percentual de amostras realizadas pela Vigilância se encontravam em desconformidade (fora dos padrões de potabilidade). Para o parâmetro “Coliformes” foi de 8% para a água distribuída pelos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA); 46% para as Soluções Alternativas Coletivas (SAC) e 83% para as Soluções Alternativas Individuais (SAI). Dos 887 SAA cadastrados, 872 (98,3%) possuem tratamento da água

(desinfecção/cloração), porém das 4.659 SAC cadastradas somente 7% possuem tratamento. Consta-se que as Soluções Alternativas Coletivas e Individuais, que não têm suas águas tratadas, trazem risco à saúde dos seus usuários (SISAGUA, 2013).

O Instituto das Águas do Paraná desenvolve em parceria com a SEAB, com financiamento do Banco Mundial, um programa de implantação de sistemas rurais de abastecimento público. O sistema é composto por um poço profundo para captação de águas subterrâneas, o bombeamento para uma caixa d'água central, e a distribuição para as residências de núcleo rural. Cada sistema atende em média 30 famílias. De 2016 a 2019 pretende-se construir e operar 86 sistemas.

Conheça quais são as metas e ações propostas para o Desafio 8.

DISPONIBILIDADE HÍDRICA E ACESSO À ÁGUA							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Ações 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
8.1	Realizar o pagamento por serviços ambientais, para 4.000 famílias, no Cadastro Socio-econômico Ambiental.		Nº de famílias	1.Gestão de água e Solo Rural em Microbacias; 2.Promover a gestão ambiental integrada em microbacias, com o objetivo de recuperar a capacidade produtiva dos recursos naturais, com base na gestão de microbacias hidrográficas.	ÁGUAS PR	SEMA ANA SANEPAR	3337
7.2	Gestão de Águas, Resíduos sólidos e Saneamento Ambiental em 105 municípios.	45	nº de municípios com adesão	1.Realizar estudos e executar obras de drenagem e controle de erosão; 2.Implantar sistema de micro e macrodrenagem.	SEMA	ÁGUAS PR PM	
8.3	Realizar ações do Programa de Vigilância da Qualidade da Água para consumo Humano – VIGIAGUA, com atividades de amostragem e envio para o laboratório de referência e análise de campo para os parâmetros de coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.		% de resultados de análises	1.Capacitação permanente sobre o tema VIGIAGUA e SISAGUA para as referências técnicas da SESA e SMSs; 2.Atualização dos cadastros das diversas formas de abastecimento de água utilizada pela população (sistema público – SAA; soluções alternativas coletivas – SAC e soluções individuais – SAI); 3.Coleta de amostras de água e análise laboratorial e de campo, cumprindo a meta definida na pactuação intergestores; 4.Obtenção e análise dos dados de controle fornecidos pelo prestador de serviço, nos municípios do Estado; 5.Inspeção das diversas formas de abastecimento; 6.Manter atualizado os dados no SISAGUA, nos municípios do Estado; 7.Investigar possíveis agravos relacionados à qualidade da água, propondo medidas de correção e bloqueio.	SESA	MS SMS	
8.4	Implantar 4 Planos de Bacias.	3	nº de Planos implantados	1.Elaborar de Plano de Bacias; 2.Executar e controlar planos, programas, ações e projetos técnicos de proteção, conservação, recuperação e gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, preservando e restaurando aspectos quantitativos e qualitativos das águas.	AGPR Fundo Estadual de Recursos Hídricos SUDERHSA	SEMA AGPR FRHI-PR	PA 4291/4292

<sup>19</sup>O Plano de Bacia Hidrográfica irá contemplar as ações a serem desenvolvidas no âmbito da bacia. O Plano é aprovado pelo Comitê de Bacia e implementado pela SUDERHSA, com poderes de Agência de Bacia hidrográfica.

8.5	Implantar 285 micro-sisternas de abastecimento de água.	104	nº de unidades implantadas	1.Realizar a gestão de Água e Solo em Microbacias; 2.Promover a gestão ambiental integrada em microbacias, objetivando recuperar a capacidade produtiva dos recursos naturais, com base na gestão de microbacias, incluindo a criação de sistemas de informações cooperativas, elaboração de inventário florestal e mapeamento de erosão dos solos para comunidades rurais.	SEMA SEAB	BIRD ÁGUAS PARANÁ	PA 3027
8.6	Realizar orientação para abastecimento de água e saneamento básico, beneficiando 7.800 pessoas.		Nº de unidades implantadas	1.Promover a orientação por palestras, oficinas e atendimento individualizado e acompanhamento das ações.	EMATER		
8.7	Realizar orientação sobre destinação adequada do lixo em 4000 propriedades		nº de unidades implantadas	1.Promover a orientação por palestras, oficinas e atendimento individualizado e acompanhamento das ações.	EMATER		
8.8	Realizar orientação sobre destinação adequada do esgoto doméstico em 3000 propriedades		nº de unidades implantadas	1.Promover a orientação por palestras, oficinas e atendimento individualizado e acompanhamento das ações.	EMATER		
8.9	Realizar orientação sobre proteção de poços e/ou fontes em 2.800 propriedades		nº de unidades implantadas	1.Promover a orientação por palestras, oficinas e atendimento individualizado e acompanhamento das ações.	EMATER		
<b>AÇÃO RELACIONADA</b>							
8.10	Fortalecer o Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná por meio de 30 pesquisas da Rede Paranaense de Agro-pesquisa e Formação Aplicada.		nº de projetos implantados	1.Promover a produção e sistematização de conhecimentos e de metodologias ou meios processuais inovadores, bem como o desenvolvimento de novos procedimentos que orientem práticas agrícolas no Estado; 2.Propiciar a definição de critérios técnicos de sistemas conservacionistas para redução de perdas em solo e água nos diversos solos, manejos, climas e cultivos regionais do Paraná; 3.Promover a elaboração de novas literaturas técnicas sobre o tema e o desenvolvimento de programas e cursos de formação profissional de técnicos das ciências agrárias e demais áreas correlatas, produtores e trabalhadores rurais sobre as técnicas e sistemas conservacionistas para redução de perdas em solo e água em áreas de produção agrícola, pecuária e florestal.	FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA	SETI Senar-PR	R\$12.000.000,00

## **DESAFIO 9 – CONSOLIDAR A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN), APERFEIÇOANDO A GESTÃO FEDERATIVA, A INTERSETORIALIDADE E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

O SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é um sistema público que visa a garantia do DHAA e a soberania alimentar. A Lei nº 11.346/2006 consagrou o direito humano à alimentação adequada – DHAA, como algo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos demais direitos constitucionalmente garantidos, sendo dever do Poder Público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional – SAN, da população que consiste “na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”

São componentes do SISAN:

- o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA;
- a Câmara Governamental Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN; e
- a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional.

O CONSEA/PR instituído pelo Decreto nº 1.556/2003, tem entre suas competências a proposição de diretrizes da Política, implementadas pelas Secretarias de Estado mediante o desenvolvimento de programas, projetos e ações de combate à fome, à miséria e à pobreza.

O CONSEA é composto por um terço de representantes do poder público e dois terços de representantes da sociedade civil organizada, que elege entre seus membros o Presidente, para um mandato de dois anos.

A CAISAN – PR, com a parceria do MDS e UNESP/UFPR vem fortalecendo os Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs) e as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs) apoiando a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) nos municípios através de cursos de educação permanente para conselheiros, gestores e profissionais envolvidos, assessorando os municípios para a construção dos planos de segurança alimentar e nutricional, realizará ainda curso em EAD “Desvendando o SISAN” e curso de especialização em SAN.

As Comissões Regionais, denominadas CORESANs, são órgãos colegiados vinculados ao CONSEA/PR no âmbito das diversas regiões do Estado, e apresentam o objetivo de buscar a descentralização de suas ações e o princípio da participação social, atuando de forma a concretizar as deliberações do CONSEA/PR e para assegurar a execução da política de SAN na sua região.

Apresentamos na sequência, as propostas para do desafio 9, para a consolidação da política e fortalecimento do SISAN, no Paraná.

FORTALECIMENTO DO SISAN							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Acões 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
9.1	Produzir e distribuir 8.000 cartilhas sobre o SISAN.		nº de cartilhas distribuídas	1.Produção e distribuição de cartilhas com o objetivo de divulgar a estruturação do SISAN, a intersectorialidade e a participação social, com o objetivo de buscar continuamente o DHAA.	SEAB	MDS CAISAN CONSEA	
9.2	Formar agentes municipais, de forma descentralizada, para o fortalecimento do SISAN, nas 23 regionais da SEAB.		nº de eventos realizados	1.Sensibilizar e fortalecer os componentes do SISAN no Estado.	SEAB	MDS CAISAN CONSEA MP UNESP UFPR	
9.3	Estimular a adesão dos municípios ao SISAN, atingindo 50% dos municípios paranaenses.		Nº de municípios com adesão	1.Sensibilizar e fortalecer os agentes envolvidos na política de SAN, de forma a garantir adesão de 50% dos municípios até 2019.	SEAB	CAISAN CONSEA MP	
9.4	Produzir e distribuir o caderno – Boas Práticas de SAN no Paraná		Publicação realizada	1.Efetuar levantamento das ações de SAN realizadas com sucesso no Estado e que tenham potencial de serem replicadas; 2.Produzir o Caderno, imprimir e distribuir para os agentes envolvidos no processo.	SEAB	MDS CAISAN CONSEA	

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL

METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Ações 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
9.5	Consolidar o controle social e proposições de ações com enfoque em SAN – reuniões ordinárias, extraordinárias e da Diretoria Executiva do CONSEA.	12	nº de reuniões realizadas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.Capacitação contínua dos membros sobre a execução das ações governamentais de SAN;</li> <li>2.Atualização das agendas oficiais (implantação de novas ações e programas);</li> <li>3.Discussão sobre temas de relevância no contexto estadual de San;</li> <li>4.Trabalhos em grupos, nas câmaras específicas para aprofundamento das discussões de relevância.</li> </ol>	CONSEA CAISAN	Secretarias Parceiras Sociedade Civil	
9.6	Realizar o Encontro Controle Social nas Políticas de SAN e Pacto Nacional		Realização do evento	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Levantamento do público alvo;</li> <li>2. Contratação de empresa de eventos;</li> <li>3. Divulgação da agenda sobre Controle social e Pacto Nacional.</li> </ol>	CONSEA CAISAN		
9.7	Realizar Oficina para capacitação de gestores e formação em SAN		Realização do evento	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Levantamento do público alvo;</li> <li>2. Contratação de empresa de eventos;</li> <li>3. Divulgação da agenda.</li> </ol>	CONSEA CAISAN		
9.8	Publicar o Manual do Conselheiro, para orientar sobre o papel do conselheiro no controle social(1000)		Publicação do Manual	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Produzir o Manual, imprimir e distribuir e orientar os agentes envolvidos no processo.</li> </ol>			
9.9	Consolidar a implementação dos Comitês municipais e locais do Programa Família Paranaense.		Nº comitês formalizados  nº reuniões mensais realizadas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Orientações sobre composição e competências dos comitês;</li> <li>2. Capacitações;</li> <li>3. Desenvolvimento e implantação no sistema de ferramenta que possibilite o cadastramento dos membros dos comitês municipais e locais;</li> <li>4. Desenvolvimento e implantação no sistema de ferramenta para agendamento das reuniões dos comitês municipais e locais.</li> </ol>	SEDS	SEAB SEED SESA	PA 4409 Fonte 142
9.10	Consolidar o controle social e proposições para melhoria do PEAE – reuniões ordinárias e extraordinárias do CEAE.		Nº reuniões realizadas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Atualização das agendas oficiais (implantação de novas ações, comunicações oficiais);</li> <li>2. Discussão sobre temas de relevância no contexto estadual da alimentação escolar.</li> </ol>	SEED	CECANE –PR CEAE	

**DESAFIO 10 – APOIO ÀS INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E DE SISTEMAS ALIMENTARES DEMOCRÁTICOS, SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS EM ÂMBITO INTERNACIONAL, POR MEIO DO DIÁLOGO E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

A CODAPAR, criada em 1956 propunha sanar os problemas de armazenagem do Estado, implantando uma rede de armazéns. Ao longo dos anos, a medida em que a fronteira agrícola se expandia, exigia-se novos armazéns. No início dos anos 90, a Companhia passou a atender as regiões com maior necessidade de estruturas de armazenagem, além do atendimento à política do chamado estoque estratégico governamental.

Neste período ainda uma nova atividade passou a fazer parte das ações da Companhia, assumindo a administração da Estação Aduaneira de Fronteira, em Foz do Iguaçu. O fomento também foi fortalecido, voltando suas ações principalmente para a promoção e melhoria da renda e do bem-estar dos pequenos produtores, tendo como principais linhas de trabalho:

- Fomento à fruticultura, com produção de mudas de alta qualidade: citros, morango, banana, abacaxi, figo, noz macadâmia e café;
- Fomento a produção animal através dos centros de produção animal, estações de piscicultura, importação de matrizes e reprodutores; e
- Implantação de terminais e usinas de produção de calcário visando o fornecimento do corretivo para a melhoria da qualidade do solo.

Hoje, entre outras atividades, realiza: i- classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, para a alimentação humana; ii- compras e vendas do Poder Público; iii- na internalização de produtos, quando de sua importação; iv- acompanhamento de embarque; e v- controle da qualidade para a formação dos estoques no Porto de Paranaguá, atividade conhecida como “Pool de Exportação”.

A ação do desafio 10 é apresentada na sequência:

CLASSIFICAÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE							
METAS 2016-2019		Linha de Base	Indicador	Acções 2016-2019	Orgão Responsável	Parceiros	Informações Orçamentárias
10.1	Classificar cereais destinados à exportações, para controle do padrão de qualidade – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC)		nº de classificações realizadas	1.Proceder a triagem de todas as cargas destinadas à exportação pelo Porto de Paranaguá, recebidas pelos terminais rodoviário e ferroviário.	CODAPAR	APPA	



## 7. SISTEMA DE MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE SAN NO PARANÁ

O processo de construção de um Plano não finaliza com o documento produzido que o legaliza e divulga. A partir da sua conclusão, é imprescindível dar forma e vida ao documento, ou seja, efetivar o cumprimento das ações. Para tanto, os processos de planejamento, monitoramento e avaliação, devem ser contínuos e abrangentes.

O monitoramento está diretamente relacionado ao cumprimento do Plano e envolve a coleta de informação sobre insumos, produtos, atividades e circunstâncias que são críticas e relevantes para a efetiva implementação das ações. Através dessa informação, o monitoramento analisa e verifica, num processo contínuo, se os recursos e as atividades estão ocorrendo segundo o programado e se as metas estão sendo alcançadas ou não. Indica, ao mesmo tempo, as razões de sucesso e insucesso. Dessa forma, o monitoramento fornece a informação e as sugestões necessárias para que a gerência do programa verifique o progresso da implementação, a fim de tomar as decisões cabíveis, no sentido de que as metas programadas sejam alcançadas e/ou ajustadas. (BUVINICH, 1999).

A avaliação por sua vez, vai além, pergunta se o cumprimento do Plano permitiu o alcance dos objetivos (MOKATE, 2000). A avaliação é definida como um processo conduzido antes, durante e depois da sua implementação, considerando a relevância dos objetivos, a eficácia e metas, a eficiência no uso dos recursos e o impacto da intervenção (BUVINICH, 1999).

Monitoramento e avaliação são procedimentos complementares. A avaliação necessita dos dados produzidos pelo monitoramento; e este, sem a avaliação, é deficiente. A conciliação dessas duas ferramentas constitui arcabouço fundamental para o adequado gerenciamento.

Os parâmetros utilizados para o monitoramento e a avaliação do Plano serão os indicadores apontados, que são medidas que permitem quantificar uma determinada ação e acompanhar sua evolução quanti-qualitativa. Os indicadores são instrumentos utilizados para medir a eficácia, eficiência e o impacto das políticas e programas.

Os responsáveis pelo monitoramento serão aqueles que direta ou indiretamente estiverem comprometidos com a produção do Plano e sua execução, sob a forma de condução dos processos, integrantes das equipes técnicas, representantes do CONSEA, CAISAN, entre outros. Há a intenção de que os dados referentes a cada meta sejam repassados à CAISAN trimestralmente, para que em casos de atrasos ou outras dificuldades, haja tempo para as correções necessárias.

O processo de monitoramento e avaliação deverá servir para subsidiar ajustes das ações, sempre que necessário, além de promover a aprendizagem, sensibilização, conscientização e crítica.



## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Políticas Públicas são entendidas como o “Estado em ação” (GOBERT & MULLER, 1987). As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente, a busca pelo bem estar coletivo e ao sentimento de respeito ao cidadão. A intersetorialidade e o controle social ainda representam um novo olhar sobre as políticas públicas no país.

A intersetorialidade se anuncia como uma das formas mais viáveis de operacionalização, que se apoia em uma articulação possível entre os diversos atores sociais e gera maior efetividade e otimização de recursos.

A participação da sociedade, por intermédio do controle social, ao dialogar com o Estado, proporciona maior possibilidade de que as políticas atendam, de fato, às necessidades prioritárias da população, para melhorar os níveis de oferta e de qualidade dos serviços e também para fiscalizar a aplicação eficiente dos recursos públicos.

A intersetorialidade e o controle social fazem parte de uma história recente, que no Estado do Paraná, já sinaliza importantes avanços, conforme apresentado no corpo desse plano. As conquistas, em todas as áreas são visíveis. Mas é preciso continuar na busca de melhoria dos processos que interferem diretamente na segurança alimentar dos paranaenses.

É preciso aprimorar a legislação para a agroindústria familiar dentro da razoabilidade, com abandono ao modelo de fiscalização higienista e priorização ao controle do risco sanitário; ampliar a capacitação de agricultores e ações relacionadas que reforcem o controle sobre a venda e a utilização de agrotóxicos, implantando novos procedimentos para estímulo à agroecologia; garantir recursos para a continuidade e ampliação das compras públicas; desenvolver ações para o fortalecimento e melhor estruturação das organizações da agricultura familiar; incrementar esforços e atividades de EAN visando a redução do sobrepeso e obesidade e o enfrentamento da epidemia das DCNT, são alguns desafios que merecem atenção especial na formulação do novo plano.

A estruturação do SISAN no Estado tem produzido um ambiente favorável para o contínuo debate intersetorial e com a sociedade. Que essa construção coletiva marcada pela inclusão e justiça social traga bons e novos frutos!



## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTA, R. Coordenadora do Elsa-Brasil no RS apresenta dados sobre diabetes e hiperglicemia. Notícias. Portal Fiocruz. Brasília. 15 dez 2015. Disponível em: <89TTP89://portal.fiocruz.br/pt-br/content/entrevista-coordenadora-do-elsa-brasil-no-rs-apresenta-dados-sobre-prevalencia-do-diabetes-e>. Acesso em: 02/05/2017.

BUVINICH, M. Ferramentas para o monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. In: **Cadernos de Políticas Sociais**, n. 10, out./1999, 89T. 1-83 (Série documentos para discussão). Disponível em: <89TTP://www.aleixo.com/biblioteca/ssocial/2semestre2006/D1/Ferramentas\_para\_avaliacao\_monitoramento\_de\_programas\_projetos\_sociais.pdf>. Acesso em: 02/05/2017

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

\_\_\_\_\_. Decreto Presidencial nº 6.286 de 05 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11947 de 16 de junho de 2009, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

GOBERT, MULLER In, VAZ., L.G.D.; **Políticas públicas**. Revista nova Atenas de educação e tecnologia. Revista eletrônica do Departamento. Acadêmico de ciência da saúde Educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho. Vol. 10, nº. 01, jan./jun./2007.

IPARDES. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas no Estado do Paraná. Disponível em: <90TTP://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/indicadores\_2013.pdf linha

62>. Acesso em: 20/04/2017.

IPARDES. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Curitiba: IPARDES, 2013.

MOKATE, K. **Convertendo o monstro em aliado: a avaliação como ferramenta de gestão social**. 2002. Disponível em: <www.iadb.org/indes>. Acesso em: 02/06/2017.

PARANÁ. Lei nº 15791 de 01 de abril de 2008. Institui, no âmbito do Estado do Paraná, a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme especifica e adota outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8745 de 16 de novembro de 2010. Dá nova redação aos artigos 2.º, 3.º e 4.º do Decreto nº 8.745, de 16 de novembro de 2010, que instituiu a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4459 de 26 de abril de 2012. Dá nova redação ao Decreto nº 8.745, de 16 de novembro de 2010, que instituiu a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4675 de 23 de maio de 2012. Dispõe sobre a compra e distribuição de leite aos internos em hospitais públicos do Estado, aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e à população carcerária, em tratamento de saúde, e apoio a organização e qualificação do segmento agro industrial do setor leiteiro do Estado do Paraná.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6425 de 12 de novembro de 2012. Retifica o parágrafo único do art. 1º e o art. 2º do Decreto nº 4675, de 23 de maio de 2012, que disciplina a compra e a distribuição de leite aos internos em hospitais públicos do Estado, aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e à população carcerária, em tratamento de saúde, e apoio a organização e qualificação do segmento agroindustrial do setor leiteiro do Estado do Paraná.

\_\_\_\_\_. Lei nº 18.374 de 15 de dezembro de 2014. Extinção da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária e adoção de outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 18.410 de 29 de dezembro de 2014. Transformação da Secretaria de Estado da Segurança Pública em Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária e adoção de outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 18.573 de 27 de setembro de 2015. Institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2743 de 10 de novembro de 2015. Dá nova redação aos artigos 2.º, 3.º e 4.º do Decreto nº 8.745, de 16 de novembro de 2010, que instituiu a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Plano Estadual de Saúde. Paraná 2016-2019. Curitiba: SESA, 2016.

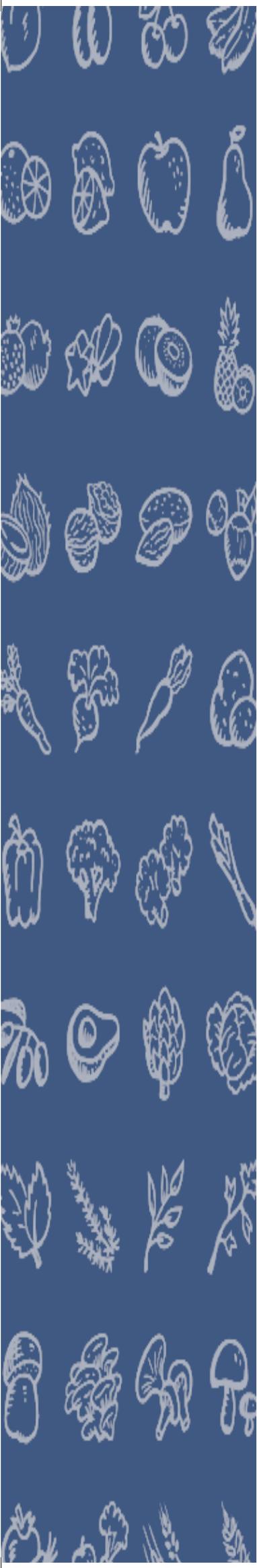
\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Relatório do Programa Estadual de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA/PR, maio a dezembro de 2014. Curitiba: SESA, 2017.

SISAGUA, 2013 – Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano. Disponível em: <91TTP://sisagua.saude.gov.br/sisagua/login.jsf linha 56>. Acesso em:03/05/2017.

SOARES, A. L. et al . Alterações do sistema hemostático nos pacientes com diabetes melito tipo 2. Rev. Bras. Hematol. E Hemoter. , São Paulo, v. 32, n. 6, p. 482-488, ago. 2010.

VIGITEL BRASIL 2015. Saúde Suplementar : vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017.





# **SIGLAS E ABREVIações**



# 10. LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AAS	Alimentação Adequada e Saudável
ADAPAR	Agência de Defesa Agropecuária do Paraná
AE	Alimentação Escolar
AF	Agricultura Familiar
ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
ANA	Agência Nacional de Águas
AOPA	Associação de Agricultura Orgânica do Paraná
APPA	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
ANVISA	Agência de Vigilância Sanitária
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BPA	Boas Práticas Agrícolas
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAISAN – PR	Câmara Governamental Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CF	Constituição Federal
CEAE	Conselho Estadual de Alimentação Escolar
CEASA	Centrais de Abastecimento do Paraná
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CES	Conselho Estadual de Saúde
CESAN	Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA – PR	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSAD	Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
COPEN	Conselho Penitenciário
CORESAN	Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPRA	Centro Paranaense de Referências em Agroecologia
CPAI	Colônia Penal Agroindustrial do Paraná
CRMV	Conselho Regional de Medicina Veterinária
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DCNT	Doenças Crônicas não Transmissíveis
DESAN	Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EAAB	Estratégia Amamenta Alimenta Brasil
EAD	Educação à Distância
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FASPM	Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná
FETAEP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FECOP	Fundo de Combate à Pobreza
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUPEN	Fundo Penitenciário
GPPSAN	Gestão de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IES	Instituições de Ensino Superior
IDA	Ingestão Diária Aceitável
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IMC	Índice de Massa Corporal
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
IVFPR	Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LMR	Limites Máximos de Resíduos
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MEC	Ministério da Educação
MIP	Manejo Integrado de Pragas
MP	Ministério Público
NAE	Necessidade Alimentar Especial
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NRE	Núcleo Regional de Educação
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
PA	Projeto Atividade
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PARA-PR	Programa Estadual de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PAS	Polos da Academia da Saúde

PBF	Programa Bolsa Família
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PEAE	Programa Estadual de Alimentação Escolar
PES	Plano Estadual de Saúde
PESAN	Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
PFP	Programa Família Paranaense
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PLC	Programa Leite das Crianças
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PM	Prefeitura Municipal
POP	Procedimento Operacional Padrão
PRED	Paraná Edificações
PPA	Plano Plurianual
PPCO	Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos
PRONARA	Programa Nacional de Redução de Uso de Agrotóxicos
PSE	Programa Saúde na Escola
SA	Soberania Alimentar
SAA	Sistemas de Abastecimento de Água
SAC	Soluções Alternativas Coletivas
SAI	Soluções Alternativas Individuais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SEAP	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECAT	Setor de Carceragem Transitória
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEDS	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SEJU	Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SETS	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária
SESP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SMA	Secretaria Municipal de Agricultura
SME	Secretaria Municipal de Educação

SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUDERHSA	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná
VAN	Vigilância Alimentar e Nutricional
VIGIAGUA	Vigilância da Qualidade da Água para consumo Humano
VIGITEL	Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico
VISA	Vigilância Sanitária
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro Oeste
UTFPF	Unidade Técnica do Programa Família Paranaense
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná





MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL

